



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**AS NOVAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL:
UMA PERSPECTIVA PARA A ECONOMIA CEARENSE**

ANTÔNIO RÉGIS BARROSO BRITO

Fortaleza, Setembro de 2002

**AS NOVAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL: UMA
PERSPECTIVA PARA A ECONOMIA CEARENSE.**

ANTÔNIO RÉGIS BARROSO BRITO

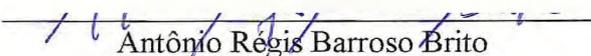
Orientador: Antônio Luis Abreu Dantas

Monografia submetida à coordenação do
Curso de Graduação em Economia da
Universidade Federal do Ceará, como parte
dos registros necessários à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Fortaleza - Ceará
2002

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos à obtenção da graduação em Ciências Econômicas, outorgada pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita conforme com as normas de ética científica.


Antônio Régis Barroso Brito

Monografia aprovada em 01 / 10 / 2002

Média Final _____

BANCA EXAMINADORA

Profº Antônio Luis Abreu Dantas
Orientador

Nota

Profª Maria Goretti Serpa Braga
Membro da Banca Examinadora

Nota

Profº José de Jesus Sousa Lemos
Membro da Banca Examinadora

Nota

“A satisfação está no esforço feito para alcançar o objetivo, e não em tê-lo alcançado”(GANDHI)

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me deu vida e inteligência, e que me deu forças para continuar a caminhada neste ano tão difícil, onde houve a perda de minha mãe, mas mesmo assim ajudo-me a concretizar mais esse objetivo de vida.

A memória de minha mãe Maria Naísa, que nos deixou esse ano, mas com toda certeza se estivesse presente hoje estaria muito feliz por mais essa conquista de seu filho.

Aos professores orientadores Abreu e Goretti pela paciência e compreensão que dedicaram a essa monografia, pois sem a sua ajuda não teria concretizado tal trabalho.

Aos professores Lemos e Goretti por fazerem parte da banca examinadora.

Aos meus irmãos José Quintino, Naísa Maria e Fábio Barroso por acreditarem no meu potencial e na minha determinação na realização desta monografia.

Aos meus familiares Maria Joanisa, Maria Lerisa, Maria Heloísa, Régis Monteiro e Roberto Monteiro, por estarem sempre ao meu lado no momento em que eu mais precisava.

A memória de meus avós Joana de Lima e Régis Veríssimo que contribuíram na minha criação e deixaram muitas lições de vida.

Aos meus amigos Ulisses Monteiro, Mário Júnior, Luana Couto, Ivo Júnior, e, em especial a minha namorada Katarina Paula, pelo forte incentivo e confiança durante a realização do trabalho.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO.....	i
SUMÁRIO.....	ii
LISTA DE TABELA.....	iii
LISTA DE FIGURA.....	iv
RESUMO.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1	
MUDANÇAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA.....	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 O Declínio do Complexo Rural Fase ao Aparecimento das Agroindústrias (1850-1945).....	4
1.3 A Formação das Agroindústrias no Período do Pós-Guerra: A Modernização Da Agricultura.....	6
1.4 A Consolidação dos Complexos Agro-Industriais e a Internalização do D1 na Agricultura (1965-1985).....	11
Capítulo 2	
AS NOVAS FORMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – UMA ABORDAGEM DA AGRICULTURA FACE À MODERNIZAÇÃO.....	19
2.1 Introdução.....	19
2.2 A Economia Cearense no Meio Rural na Fase Anterior a Modernização da Agricultura.....	21
2.3 Os Reflexos da Modernização: Ceará e os Novos Rumos da agricultura.....	24
2.4 O Ceará e os “Novos” Ramos de Atividades Rurais.....	29
2.4.1 O Turismo Rural no Ceará: Uma Nova Atividade Surgida.....	31
2.4.1.1 O Ecoturismo no Meio Rural Cearense.....	33
Capítulo 3	
A FLORICULTURA COMO AGRONEGÓCIO RENTÁVEL: O ESTUDO DE CASO PARA O ESTADO DO CEARÁ.....	37
3.1 Introdução.....	37
3.2 O Estado do Ceará no Agronegócio em Flores.....	38
3.2.1 O Desempenho da Floricultura Cearense.....	42
CONCLUSÃO.....	47
Anexos.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

LISTA DAS TABELAS

TABELA 1 - Composição do valor da produção agrícola, 1925/1929 a 1939/43. Brasil (em %) média dos períodos.....	8
TABELA 2 - Produção agrícola e rendimentos de grãos Brasil - 1970, 1975, 1980 e 1985 (em anexo)	51
TABELA 3 - População Residente e Variação (%) entre os Anos Ceará -1992,1995 e 1999	25
TABELA 4 - População Residente e Variação (%) sobre o Total do Estado Ceará -1992,1995 e 1999	26
TABELA 5 - PEA ocupada segundo o domicílio e atividade Ceará, 1992, 1995 e 1999.....	27
TABELA 6 - Pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal – Ceará – 1992, 1995 e 1999	28
TABELA 7 - Consumo Per Capita de Flores e Plantas/ano.....	41
TABELA 8 - Embarques Brasileiros de Flores Frescas Cortadas (em US\$).....	44

LISTA DAS FIGURAS

FIGURA 1 - Modernização da Agricultura.....	16
---------------------------------------------	----



RESUMO

Neste trabalho, procura-se mostrar como vem se caracterizando o meio rural brasileiro, e em especial o meio rural cearense que nas últimas cinco décadas, em detrimento do processo de modernização pelo qual ele passou, através da mecanização da agricultura e utilização de novos fertilizantes que aumentaram a produtividade e conseqüentemente aumentou o desemprego no campo, dado ao desenvolvimento tecnológico agora aplicado. A partir dessa transformação, o meio rural começa a tomar novo formato e passa a ser caracterizado não somente pela presença da agricultura ou da pecuária, surge no campo novas atividades que antes do processo de modernização eram somente observadas nos centros urbanos, essas novas atividades começaram a se incorporar no meio rural proporcionando a geração de emprego e renda. Além de ser observado tal questão para o meio rural cearense, analisamos também um estudo de caso para a floricultura no Estado do Ceará, essa como uma nova atividade rural, procurando verificar a presença de novos postos de trabalho dentro dessa nova estrutura agora observada.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar as transformações que vem se dando no meio rural brasileiro, deu-se em função da diminuição das atividades ligadas a agricultura e pecuária, propriamente ditas, ocorrida nas últimas décadas, devido ao processo de modernização da agricultura pela qual ela passou.

A agricultura tradicional brasileira, que em sua maior parte, é uma agricultura de subsistência, baseada na produção de alimentos para consumo próprio, começa a partir das décadas de 60 e 70 a conviver com um novo tipo de agricultura incorporada à indústria, a chamada agroindústria, que se dar a partir da incorporação do D_1 na agricultura. O D_1 é entendido como sendo o departamento I, ou seja, o departamento responsável pela produção de máquinas e equipamentos que serão usadas nas indústrias.

Essa agroindústria foi responsável pela aplicação das novas tecnologias, sejam essas na produção ou no beneficiamento dos produtos agrícolas, isso levou a agricultura tradicional a participar de uma concorrência desvantajosa com as grandes agroindústrias, perdendo mercado e consumidores, conseqüentemente pequenos produtores agrícolas tiveram de ser incorporados aos grandes conglomerados agroindustriais.

Os pequenos produtores na maioria das vezes não eram proprietários das terras, com a aquisição das pequenas propriedades rurais pelas grandes agroindústrias, eles perdiam o que antes lhes era de direito, ficando assim impossibilitados de viver com o sustento tirado da terra, ou seja, começa a partir desse fato a ocorrer o desemprego no campo.

Mas a partir da década de 90 começa a surgir uma nova perspectiva para a população do meio rural brasileiro, uma tendência já vista nos países desenvolvidos, que utilizam atividades antes vistas somente nos centros urbanos, como prestação de serviços, para alocar a população do meio rural com novos postos de trabalho. Os empregos, anterior à fase de modernização, eram na sua maioria constituídos de peões das fazendas, bóias-frias, vaqueiros, meeiros e caseiros, hoje com o setor de serviços indo para o campo encontram-se novos tipos de trabalho como, motoristas, arrumadeiras, balconistas, guias de turismo, operadores de

máquinas, garçons e pedreiros que recebem salários maiores que as primeiras atividades citadas.

Dentro desse mesmo contexto, de que o meio rural brasileiro vem mudando suas características, é elaborado um estudo específico sobre o meio rural cearense observando, se tais características, como as novas atividades estão presentes no estado, e como elas vem se desenvolvendo em cada município cearense que as utilizam.

O objetivo do presente trabalho é mostrar que o meio rural brasileiro e meio rural cearense, não é composto somente de atividades de agricultura ou pecuária, essas atividades são agora misturadas com atividades de prestação de serviços melhorando a condição de vida da população do campo através da criação de novos postos de trabalho.

Para tanto, este trabalho foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo se faz um estudo da mudança do meio rural brasileiro através de uma pequena análise histórica de como se deu a modernização da agricultura no Brasil; no segundo capítulo se faz uma análise dos aspectos demográficos e econômicos do Estado do Ceará, analisando o meio rural cearense e identificando as novas atividades e quais os municípios que estão utilizando-as; no terceiro capítulo tem-se um estudo de uma das novas atividades do meio rural cearense, que é o agronegócio em flores, demonstrando através de números de exportação e número de empregos o potencial do estado nessa nova atividade e para finalizar se fará uma conclusão final tendo como premissas os dados analisados nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1

MUDANÇAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

1.1 Introdução

Nos dias atuais está cada vez mais difícil caracterizar o que é urbano e o que é rural. Nas Regiões Sul e Sudeste, esta caracterização do que vem a ser urbano ou rural está mais presente, já para Região Norte e para o Nordeste não podemos caracterizar o meio rural como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial e do ponto de vista econômico o meio rural no Nordeste ainda precisa passar por algumas fases do processo de modernização para começar a se assemelhar com o meio rural das Regiões Sul e Sudeste.

O descaso dos governantes em não aplicarem as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento do meio rural nordestino foi o grande empecilho de desenvolvimento do setor agropecuário. Essa negligência por parte dos governantes levou a várias conseqüências, entre elas pode-se destacar, o desemprego dos trabalhadores rurais, o êxodo rural das famílias dos campos para as cidades e a uma estrutura de pequenas agroindústrias formadas a partir de culturas que o nordestino já tinha como característica natural de produção, como é o caso da castanha, da rapadura, do mel, entre outras.

Historicamente verifica-se que essas transformações ocorridas no campo se deram a partir da mudança do “complexo rural” para os “complexos agro-industriais”, ou seja, uma substituição da economia natural por uma economia voltada para as atividades agrícolas integradas à indústria. A agricultura neste momento não pode ser vista quase que somente como uma estrutura voltada para atividades ligadas à agricultura ou para a pecuária, propriamente dita, o meio rural nos novos moldes é visto também pelo intenso crescimento das atividades industriais inseridas no seu contexto atual.

Todavia é necessário contextualizar como se deram essas transformações, em qual período histórico ocorreu a mudança da dinâmica do complexo rural para o complexo agro-industrial e quais foram as conseqüências ocasionadas por essas mudanças do meio rural. Tendo esse objetivo em vista, se faz necessário, a priori, tecer alguns comentários sobre a

história recente da agricultura moderna, suas novas formas e seus reflexos para as sociedades do campo e das cidades.

A história econômica da agricultura brasileira é marcada por diversas fases, na maior parte ela estava voltada para um único produto agrícola e esse ligado à exportação. Por consequência deste fato a economia brasileira foi durante muito tempo conhecida como agro-exportadora. Contudo na presente pesquisa se levará em consideração o período considerado de maior importância para o chamado modelo de modernização da agricultura. Com essa perspectiva, o presente capítulo está dividido em três partes: Na primeira parte mostra-se o declínio do complexo rural que se deu a partir de 1850, face ao aparecimento das agroindústrias. Na segunda parte procura-se identificar o início da formação dos complexos agro-industriais no período do pós-guerra e na terceira e última parte encontra-se a consolidação dos complexos agro-industriais em decorrência da internalização do D_1 na agricultura e da queda de preços dos produtos agrícolas nos anos 80.

1.2 O Declínio do Complexo Rural Fase ao Aparecimento das Agroindústrias (1850-1945)

O marco inicial da crise dos complexos rurais é dado pela proibição do tráfico negreiro, e pela implantação da Lei de Terra no Brasil, que dada de 1850. Os complexos se caracterizavam pela sua incipiente divisão do trabalho, isto é, a fazenda ao produzir um determinado produto, tinha também que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção dentro de suas próprias fronteiras, internalizado um “ D_1 ” constituído em bases artesanais, ou seja, o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais, o seleiro e vários outros serviços eram elemento da própria fazenda.

Havia nos complexos rurais uma dinâmica muito simples, onde o produto final (produto agrícola) era destinado principalmente para o mercado externo, isto é, o produto agrícola, que foi por muito tempo a riqueza do Brasil colonial, imperial e grande parte do republicano, era voltado somente para exportação e uma pequena quantidade era voltada para a subsistência da população provinciana.

“Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. Se seu

preço estivesse “bom”, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocadas de modo a incrementar a produção de exportação. Se os preços no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para as atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva” (SILVA, 1996, p.7)

O fator primordial que veio desencadear a crise dos complexos rurais foi a transição dessa estrutura agrária, voltada para o mercado externo, para uma estrutura voltada tanto para o mercado externo como para o mercado interno, nessa nova estrutura, os produtos que anteriormente eram importados de outros países agora seriam fabricados na própria fronteira nacional. Esse fato constitui-se no chamado modelo de substituição de importações que veio se estabelecer a partir de 1930, com a grande crise da bolsa de Nova Iorque (1929) e conseqüentemente com a desestruturação do complexo cafeeiro.

Outro fato que veio contribuir para a decadência do complexo rural foi a passagem do trabalho escravo para o trabalho “livre”, o qual começou a se constituir a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro em 1850, e culminou com a libertação dos escravos através da Lei Áurea em 1888. As relações de trabalho no campo, a partir desse momento, começam a adquirir uma nova forma, os latifundiários e escravos “livres” agora mantêm uma relação de trabalho atrelada ao assalariamento ou endividamento da mão-de-obra nas fazendas. Ou seja, nessa última o trabalhador agrícola trabalhava e seu salário era constituído dos bens necessário à sua sobrevivência garantidos na própria fazenda pelo latifundiário. Quase toda a divisão do trabalho nos complexos rurais era constituída de mão-de-obra escrava e o principal produto de exportação dessa época era o café.

“De todos os produtos brasileiros modernos, o primeiro e soberano lugar cabe ao café. Já o encontramos na fase anterior, sob o Império, em marcha ascendente e avassaladora das principais atividades do país. Encontrá-lo-emos agora na República atingindo o zênite da sua grandiosa trajetória, e colocando-se em nível que deixará definitivamente numa sombra medíocre todas as demais produções brasileiras” (PRADO, 1998, P.225)

Com a transição para o trabalho livre ocorreram diversos fatos heterogêneos nas várias regiões que utilizavam o trabalho escravo nas plantações de café. No Rio de Janeiro, por exemplo, os cafezais foram extintos. No Nordeste a transição não produziu grandes efeitos, pois os escravos quando não eram vendidos para os fazendeiros da região Sudeste

permaneciam nas propriedades como “moradores de condições”.¹ O Estado que mais sentiu os reflexos com tal situação foi São Paulo, grande produtor de café. Este estado começou a importar mão-de-obra dos imigrantes europeus para trabalhar nos cafezais do Oeste paulista e assim estabeleceu-se um novo regime de trabalho- o colonato - ou seja, agora não mais existe o trabalhador escravo, esse foi substituído pelo trabalhador assalariado temporário (época da colheita), o qual produzia para sua subsistência como também para os mercados externo e interno.

Todos esses fatos mencionados anteriormente levaram a uma especialização da mão-de-obra agrária, especialização surgida pela divisão social do trabalho que ocorreu no campo dados à nova forma de organização do trabalho devido à proibição do tráfico negreiro e do amplo mercado de bens-salários que começaram a surgir nas atividades agrícolas. O complexo cafeeiro contribuiu bastante para a decomposição do complexo rural, pois o complexo cafeeiro criou condições favoráveis, tais como a criação de bancos, estrada de ferro, fábricas de beneficiamento, entre outras. Isso se deu, em grande parte, devido ao excedente acumulado pelos cafeicultores através da grande aceitação do produto no mercado internacional, dado as vantagens comparativas do Brasil em produzir esse produto.

As conseqüências formadas a partir da transição do trabalho escravo para o trabalho “livre”, o aumento da divisão social do trabalho ocasionando a especialização da mão-de-obra e a proibição do tráfico negreiro podem ser associadas com a decomposição do complexo rural iniciada em 1850, e com o surgimento de um novo complexo implantado em bases indústrias efetivando-se na segunda metade do século XX através da implantação definitiva do “D₁” nesse novo complexo.

1.3 A Formação das Agroindústrias no Período do Pós-Guerra: A Modernização da Agricultura

Com a decadência do complexo rural e com o surgimento do complexo cafeeiro, mesmo com sua posterior decadência decorrente da crise de 1929, o Brasil a partir de 1930 passa a investir mais recursos no setor industrial, isto não quer dizer que anteriormente o país

¹ Ver a respeito SILVA, 1996

não possuísse indústrias, mas essas não poderiam ser inseridas no mercado competitivo por falta de investimentos necessários à sua expansão.

O complexo cafeeiro do Oeste Paulista produziu capital suficiente para ser investido tanto no próprio setor como também no setor que estava começando a despontar no mercado interno, ou seja, a indústria brasileira nasce de uma parcela expressiva dos capitais oriundos da cafeicultura. A partir da “Grande Depressão”, ocasionada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, o Brasil começa a viver uma grande crise no setor cafeeiro, pois o preço do café no mercado internacional sobe e conseqüentemente a demanda pelo produto decresce, ocasionando acúmulo dos estoques nos armazéns das grandes fazendas, acarretando um enorme prejuízo aos cafeicultores.

O choque externo sobre a economia brasileira afetou diversos setores, principalmente os setores ligados ao café. O Governo brasileiro para amenizar a crise que se abateria sobre o país e para proteger o setor cafeeiro adotou diversas políticas, dentre elas pode-se destacar: desvalorização cambial entre 1930-1933, onde o mil-réis desvalorizou-se 55% (mil-réis/US\$)², o Governo adotou uma política cambial aparentemente liberal, mas na prática restritiva, com esta política cambial o governo controlava as exportações e limitava as importações tentando estabelecer um saldo positivo na balança de pagamentos, e manutenção das reservas, esse controle das exportações permitia que o Brasil começasse a produzir internamente o que antes era importado dos outros países. Foi criado também o Conselho Nacional do Café - CNC, o qual foi responsável pela compra de grande parte do estoque de café, vindo mais tarde destruí-los para tentar diminuir o seu preço no mercado internacional e por fim o Governo também tentou ajudar os produtores rurais endividados de diversas maneiras, entre elas pode-se destacar a criação de uma nova moeda permitindo assim que os devedores postergassem os seus pagamentos. “Esse programa ficou conhecido como “reajustamento econômico”, reduzindo as dívidas dos fazendeiros em 50%”. (BAER, 1996, p. 50)

Com a decadência do complexo cafeeiro a economia brasileira toma um novo rumo no que se refere às atividades agrícolas. O país não pode depender quase que somente de um produto específico, no caso o café. É a partir desse momento que a agricultura brasileira

começa a diversificar a produção agrícola, ou seja, outros produtos começam a ganhar espaço tanto no mercado interno, o que já vinha acontecendo anteriormente de forma menos gradual, como também no mercado externo, através das vantagens comparativas que o país possuía em detrimento aos outros países produtores destes produtos. Os produtos como algodão, arroz, cana-de-açúcar entre outros começaram a ganhar grande destaque no cenário nacional, pode-se observar esse fato de acordo com as evidências mostradas na Tabela 1.

Tabela 1
Composição do valor da produção agrícola, 1925/1929 a 1939/43. Brasil
(em %)
Média dos períodos

Produtos	1925/29	1932/36	1939/43
Algodão	5,9	14,0	21,6
Arroz	5,2	6,7	11,0
Cacau	1,4	1,8	2,2
Café	48,0	29,5	16,1
Cana-de-açúcar	3,5	5,7	7,5
Feijão	5,4	3,8	5,5
Fumo	2,9	2,6	2,2
Mandioca	4,7	6,8	7,0
Milho	16,3	15,9	6,0
Trigo	0,9	0,8	1,3
Outros	5,8	12,4	9,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Graziano apud Villela & Suzigan, 1996

Comparando os dados fornecidos pela Tabela 1 pode-se observar o declínio da produção de café, sabendo que a participação relativa não é necessariamente de produção, nas décadas posteriores à “Grande Depressão”, esses dados são referentes à composição do valor total da produção agrícola apresentados em termos percentuais, e dados pela média dos períodos relacionados. Anteriormente, de 1925 a 1929, a média do valor da produção agrícola referente ao café era de 48% da produção total, vindo a cair para 16,1% nos períodos de 1939 a 1943. Já os produtos como algodão e arroz apresentaram no mesmo período valores de 5,9%

² Ver a respeito ABREU 1990

e 5,2% respectivamente – percentuais referentes a 1925/29, esses produtos tiveram um crescimento percentual bastante significativo nos anos de 1939 a 1943 chegando a 21,6% o algodão e 11,0% o arroz. Isso se deu em grande parte devido à queda das exportações de café e, em conseqüência, da capacidade para importar. Paralelamente, havia uma necessidade constante de desvalorização cambial e um controle de divisas, favorecendo o processo de industrialização que começava a surgir e dando início também ao processo de modernização da agricultura.

Outro fato de grande importância para o surgimento da modernização da agricultura está relacionada com o aumento das áreas cultivadas que perdurou até o final da década de 60. “Entre 1930 e 1950, a área de lavoura aumentou 6.356 mil hectares no Brasil; entre 1950 e 1960 cresceu 9.617 mil hectares e, na década de 60, mais de 5.272 mil hectares de lavoura foram incorporados”. (SILVA, 1996, p.17)

Esse fato, aumento da fronteira de produção, através do aumento da área cultivada, fez aproximar cada vez mais o campo dos centros urbanos, e isso contribuiu para a ampliação da infra-estrutura de transportes e, conseqüentemente, o aumento da oferta interna de produtos motorizados para transporte das mercadorias, cultivo e colheita dos produtos agrícolas, isso sendo viabilizado principalmente na década de 50, através do Plano de Metas elaborado por Juscelino Kubitschek, que tinha como objetivo principal recuperar o atraso histórico e modernizar o país tendo como slogan de sua campanha “50 anos em 5”, demonstrando através desse o cerne do seu objetivo.

Com todo esse crescimento da fronteira agrícola, ou seja, dado o aumento da área cultivada, e dado também o aumento da produtividade, devido à diversificação de produto, um fato que se deve levar em consideração é a ênfase da passagem do mercado externo para o mercado interno, ou seja, começar a produzir dentro da fronteira nacional o que antes se comprava de fora.

Do lado da circulação dos produtos agrícolas, nessa ênfase o elemento primordial foi à integração do mercado nacional, ou seja, houve um aumento do consumo interno das

*commodities*³ frente ao processo de industrialização pela qual passava o país, conseqüentemente o meio rural, que começava, a partir daí, a integrar-se à indústria na fabricação das máquinas, equipamentos, fertilizantes e transporte, esse último responsável pelo desenvolvimento da rede transporte rodoviário principalmente na década de 50.

Todos esses acontecimentos mencionados acima se deram, em grande parte, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, e eles contribuíram bastante para o começo da modernização da agricultura através da mudança da base técnica, que anteriormente estava ligada a uma estrutura mais artesanal, ou seja, o meio rural era constituído quase que somente por máquinas e equipamentos produzidos no próprio campo.

A partir da modernização da agricultura a base técnica começa a assumir uma nova forma cada vez mais integrada à indústria. O termo modernização começa nesse momento a ter duas conotações, uma ligada às transformações capitalistas na base técnica da produção, outra ligada à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. Na presente pesquisa o termo modernização terá o mesmo sentido empregado na “Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira”,⁴ ou seja, a modernização aqui utilizada estará designada pelo processo de transformação da base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e produtos agroquímicos que se dão num momento em que o país almeja um aumento da produtividade.

Portanto, pode-se dizer que o mercado interno forçou a mudança da base técnica impulsionando o desenvolvimento industrial, e porque não mencionar também o crescimento da produção agrícola, modernização da agricultura, atrelada à indústria nascente, produzindo alimentos industrializados, formando, a partir desse momento, as primeiras agroindústrias brasileiras.

Mesmo tendo ainda uma grande dependência com o mercado internacional, no que se refere às importações de tratores e produtos agroquímicos, ou seja, a capacidade de importar era muito pequena em relação às nossas necessidades, daí a necessidade de decidir o que produzir e de como produzir dentro do nosso próprio país, isso foi estabelecido porque o

³ “[...] o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, da lã, do algodão, do estanho, do cobre etc.” (SADRONI, 1994)

Brasil dependia da capacidade de endividamento externo e de políticas comerciais e cambiais para importar máquinas e insumos.

Em outras palavras, o Brasil no pós-guerra, principalmente nas décadas posteriores aos anos 50 e 60, começava a se preocupar com a produção das máquinas e insumos, através da política de substituição de importações, o que era antes importado dos outros países, agora era produzido aqui mesmo nas terras brasileiras, e isso foi conseguido graças à política cambial de taxas múltiplas aplicadas a partir do governo de Juscelino Kubitschek.⁵

Nos anos 50, portanto, tem início o processo de modernização da agricultura, mesmo que ainda de maneira tímida e gradual, devido às dificuldades de internalização do D_1 que começará a ser incorporado a partir da década de 60, mas precisamente nos pós-64, que será discutido no item posterior.

A nova dinâmica da agricultura começa a ser descaracterizada dos velhos moldes de produção agrícola, ou seja, o sistema agrícola começa, a partir daí, a se desvincular da agricultura e da pecuária como era vista nos complexos rurais, agora a agricultura neste momento inicia um processo de anexação a indústria no intuito de aumentar a produtividade caracterizando-se com isso a nova forma de estrutura do sistema agrícola, dado a formação das agroindústrias, devido ao processo de modernização, e posteriormente a consolidação dos complexos agro-industriais com a implementação definitiva do D_1 no meio rural.

1.4 A Consolidação dos Complexos Agro-Industriais e a Internalização do D_1 na Agricultura (1965-1985)

Nesta seção encontram-se os aspectos mais importantes no que diz respeito à formação e consolidação dos complexos agro-industriais, dados pela passagem da modernização da agricultura e internalização do D_1 , já em bases industriais, no meio rural. O período histórico agora considerado, 1965 a 1985, constitui a etapa principal do desenvolvimento da agricultura capitalista, atrelada ao processo de integração com a

⁴ Ver a respeito SILVA

⁵ “Sistema de câmbio em que as taxas variam conforme a destinação do uso da moeda estrangeira. Acaba funcionando como um tipo de subsídio para a compra de alguns produtos ou como taxação na compra de outros. É adotado tanto para a importação quanto para a exportação, [...]” (SANDRONI, 1994)

mudanças ao longo do tempo, e que essas mudanças foram descaracterizando pari passu o meio rural, tornando-lhe cada vez mais parecido com os centros urbanos, isto é, a urbanização do espaço rural foi estabelecida pela crescente industrialização da agricultura propiciando o surgimento das agroindústrias e dos complexos agro-industriais.

A nova dinâmica da agricultura está baseada na consolidação dos complexos agro-industriais. Os complexos formaram-se a partir da fusão da agricultura com a indústria e com o sistema financeiro, criando, assim, um elo de dependência da agricultura com os demais setores da economia, isto é, a partir daí, e com o objetivo de aumentar a produção agrícola, a agricultura nos novos moldes forma uma ligação intersetorial causando dependência com os demais setores.

Essa fusão se deu pela do internalização do D_1 na agricultura, podendo ser também entendida como processo de transformação da base técnica, chamada de modernização. Alguns autores falam de “modernização conservadora”, pois nasceu da derrota do movimento da reforma agrária e também por que menos de 10% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil estariam integrados a essa nova maneira de produzir,⁶ ocorrida na agricultura brasileira desde da metade do século XIX vindo a se efetivar no século XX, mas precisamente na década de 60 e 70.

Em consequência da modernização da agricultura houve no campo uma mecanização dos fatores de produção, essa relação foi estabelecida pela mecanização da agricultura, que pode ser caracterizada pela crescente utilização de novas máquinas e equipamentos agrícolas como também de novos agroquímicos e agrotóxicos, apenas daquelas culturas que as utilizavam. Por exemplo, o uso de colheitadeiras mecânicas e o uso de novos fertilizantes fabricados pelo próprio país a partir de 1964, esse fato contribuiu para o aumento da produtividade da terra e do trabalho utilizando um número cada vez menor de trabalhadores rurais, devido à nova tecnologia empregada, ocasionando desemprego rural em detrimento do desenvolvimento tecnológico agrícola pelo qual passava o Brasil na década de 60.

A mecanização da agricultura pode também ser sentida através dos dados apresentados a seguir. Até 1960 o número de tratores utilizados nos campos brasileiros eram

de aproximadamente de 61.345, sendo sua oferta interna praticamente nula, dependendo quase que exclusivamente das importações. “Entre 1950 e 1960 foram importados 82.648 tratores (de rodas), mas já em 1964 a produção interna supria 90% da oferta, crescendo 99% em 1970⁷. Na década de 60 as importações caem para 13.553 unidades e a produção interna atinge 88.925 unidades” (SILVA, 1996, p.18). Pode-se constatar com esse fato que durante a década de 60 a produção de tratores foi responsável por cerca de 87% da oferta total de tratores no país.⁸

Todavia a necessidade de internalização do D₁ na agricultura brasileira ocorreu no momento propício. Anteriormente existia uma dependência dada pela capacidade de importar, o país importava insumos químicos, máquinas e equipamentos dos países desenvolvidos. A partir da década de 60 as condições macroeconômicas, e as políticas internas possibilitaram a mudança dessa lógica, o país começa a fabricar e ter sua própria produção de insumos e máquinas para agricultura, surgindo assim as primeiras indústrias nacionais fabricantes das máquinas e dos insumos que seriam utilizados pela agricultura, formando com isso os primeiros complexos agro-industriais. Mas como se deu a formação dessas indústrias? Como elas foram financiadas? Pelo Estado? Ou por empresas particulares? Qual era a conjuntura econômica do período em questão?

O Estado como instituição tem um papel determinante no processo de modernização da agricultura, pois age como agente regulador das políticas agrárias e também como impulsionador do desenvolvimento da infra-estrutura necessária ao acompanhamento da modernização. O Estado tem uma participação cada vez maior no sentido de formular políticas específicas para cada complexo agro-industrial, restabelecendo uma regulação geral, que foi perdida pela decadência do complexo rural e pela constituição dos complexos agro-industriais, definindo assim novos parâmetros a serem seguidos para rentabilizar os capitais empregados nos mais variados ramos das atividades agrícolas. Uma outra função do Estado refere-se tanto na esfera dos investimentos como também na fiscalização das contradições presentes dentro dos próprios complexos agro-industriais, ou seja, o Estado é responsável pela fiscalização da competição oligopolística, estabelecimento de cotas (especialmente no caso

⁶ Ver a respeito SILVA, 1996

⁷ SILVA, 1996.

⁸ Idem.

das exportações) e fixação de preços e margem dos produtos intermediários, no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir sua autovalorização. (SILVA, 1996, p.6)

Dentro dessa perspectiva, a partir dos anos 60, mas precisamente no ano de 1965 o Estado brasileiro institucionaliza o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, com o objetivo de atrelar o capital financeiro à nova dinâmica da agricultura brasileira, no que diz respeito à linha de financiamento para compra de máquinas e equipamentos e desenvolvimento das atividades rurais. Isso era necessário ser criado, porque dentro da nova dinâmica o elemento que dava unidade às diversas atividades dos complexos agro-industriais estava ligado as atividades do capital, ou seja, as ligações intercapitais não eram apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A integração de capitais; industriais, bancários e agrários, interligados dentro do processo de modernização da agricultura, pelos conglomerados empresariais, deu-se a partir das fusões, “holdings”, cartéis e trustes, tendo como objetivo principal a taxa média de lucro do conglomerado e os enormes ganhos especulativos e ganhos de fundação (nas novas áreas fronteiras incorporados ao mercado) dados pelo mercado de terra.

Uma das tendências do capitalismo contemporâneo está no fato das empresas capitalistas na busca de maiores lucros, taxa de mais-valia absoluta, incorpora-se a outras empresas e/ou ao sistema financeiro, isso também é constatado dentro do sistema agrícola mundial, e porque não dizer, do aplicado também na agricultura de alguns países periféricos. O Brasil como um país periférico, a partir da década de 60, começa a inserir o sistema agrícola brasileiro nessa nova tendência capitalista, procurando aumentar a produtividade agrícola, como pode ser observada pelas evidências mostradas na Tabela 2 (em anexo). Dado através dos rendimentos obtidos pela safra de grãos a partir dos anos 70, como também começam a acrescentar um maior valor agregado às *commodities*, industrializando-as.

Esses produtos de maior valor agregado eram colocados no mercado externo através das exportações, aumentando assim as reservas, ou consumindo no próprio mercado interno com um preço superior aos comprados diretamente do agricultor. Observa-se nos fatos já mencionados que isso realmente aconteceu no país, a nova tendência da agricultura brasileira caminhou para fusão das indústrias, do capital bancário com as fazendas constituindo um novo sistema agrícola nacional.

Surge assim uma nova forma de organização do sistema agrícola, com orientação fundamental para integração vertical e para o incremento da produção dado o aumento da produtividade. Todavia não é esgotado de forma imediata o antigo modelo de expansão agrícola, o velho sistema de expansão horizontal, dado pela ocupação das fronteiras, convive por um grande período de tempo com a nova forma de organização e é nessa convivência do “velho” com o “novo” que o sistema agrícola brasileiro começa a adquirir as características necessárias para a formação e consolidação dos seus complexos agro-industriais - CAI's.

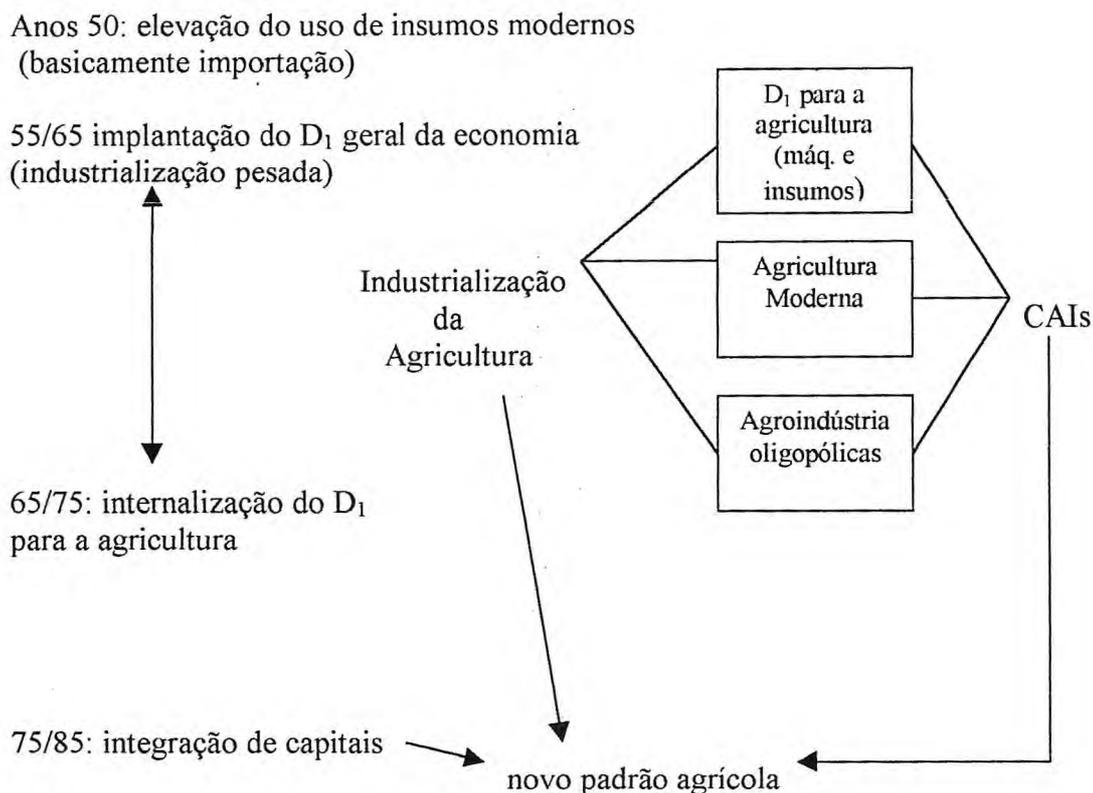
Com o advento do processo de industrialização pelo qual passou o sistema agrícola brasileiro, através da fabricação interna das máquinas e dos novos fertilizantes, constituindo dessa forma o “treadmill”⁹ brasileiro, leia-se Sul e Sudeste, o meio rural brasileiro começa a partir daí a descaracterizar-se como atividade voltada somente para a agricultura e pecuária, isto é, parte da filosofia industrial é incorporada pelo meio rural contemporâneo, tornado-se o meio rural cada vez mais parecido com o meio urbano. Todos os aspectos, mencionados acima são vistos com clareza na esquematização da modernização da agricultura (SILVA, 1996, p.30), onde pode-se notar que a industrialização da agricultura somada com a integração dos capitais e formação dos complexos agro-industriais formaram um novo padrão agrícola.

Para melhor caracterização e entendimento do surgimento da modernização da agricultura segue-se uma esquematização histórica e conceitual, apresentada no livro do Graziano, de toda evolução pela qual passou a agricultura brasileira, no intuito de facilitar a compressão de cada época e ver os acontecimentos de forma reduzida, observando que a modernização acontece em um determinado período enquanto a industrialização da agricultura e a consolidação dos complexos agro-industriais em outro período distinto, não se devem confundir os conceitos e períodos que esses importantes fundamentos exerceram na mudança do meio rural:

⁹ “O agricultor que adota a última palavra em tecnologia constata que seus custos de produção unitários foram, de fato reduzidos. Assim a mesma possibilidade de lucro estará aberta aos outros inovadores que logo passarão a imitá-los. Então a produção aumentará consideravelmente. E, numa situação de mercado livre, este aumento causará a queda dos preços.” (VEIGA, 1991)

Figura 1

Modernização da Agricultura



Fonte: A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira - Graziano, José da Silva

Outro fato que não se pode deixar de mencionar está relacionado à centralização e à concentração dos capitais nos complexo agro-industriais, rompendo-se com isso o antigo estilo de desenvolvimento rural, estabelecendo o que se pode chamar de novo padrão agrícola, resultado não só da centralização, como também da consolidação integrada do complexo com os demais setores econômicos apoiados pelo Estado. O Estado teve um papel muito importante, no que diz respeito à integração de capitais no meio rural, o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural - formaria o elo entre o capital financeiro e a agricultura, isso foi necessário para a agricultura se interligar com a indústria através da aquisição de máquinas e equipamentos, para aumentar a produtividade e aumentar o volume das exportações com um produto de maior valor agregado.

equipamentos, para aumentar a produtividade e aumentar o volume das exportações com um produto de maior valor agregado.

Até o ano de 1979 o crédito rural era um crédito específico destinado a formar e sustentar a modernização agrícola, com as linhas de financiamento a insumos químicos, sementes selecionadas e investimentos rurais. Já na década de 80 esse tipo de financiamento concedido pelo Estado começa a tomar uma nova forma, ou seja, o crédito rural incorpora-se ao sistema financeiro geral, onde as taxas de juros e prazo de carências são estipulados pelo mercado tornando os investimentos mais atrativos, agora haverá uma disputa por esses tipos de investimentos entre os empresários industriais, bancários e os rurais propriamente ditos. Então pode-se concluir que o crédito rural deve duas fases: “[...] num primeiro momento a política de crédito “força” a modernização agrícola; está assegurada, no momento seguinte o novo padrão agrícola de financiamento atua no sentido de favorecer a integração de capitais. Os capitais mais evidentes desse novo período são a concentração e a centralização de capitais e da terra”. (SILVA, 1996, p.35)

O novo padrão agrícola ocasionou uma intensa urbanização do meio rural e trouxe também o emprego de novas tecnologias para o campo, através da mecanização da agricultura, surgindo com isso enormes problemas para a população do campo e dos centros urbanos. A população do campo agora excluída do processo de trabalho, dada pela nova tecnologia, ver na cidade uma nova forma de garantir sua sobrevivência, deixando o campo para trás, e produzindo mais um problema para as cidades, que não absorve toda mão-de-obra rural, criando-se assim condições para o aparecimento das favelas, e aumento da criminalidade nos centros urbanos que aumentou assustadoramente na década de 80 e continua a aumentar nos dias atuais.

Constata-se, com todos os fatos já apresentados, que nas últimas décadas o meio rural sofreu grandes transformações, decorrente do processo de modernização da agricultura, e isso levou para o campo consequências catastróficas, sendo o desemprego e o êxodo rural um dos principais problemas surgidos com a modernização do campo. O desemprego no campo fez com que famílias inteiras procurassem nas cidades novos empregos ou novas formas de sobrevivência, submetendo-se até mesmo a se tornar indigentes nos centros

Além do desemprego outro fato que foi agravado com a modernização da agricultura, está relacionado com a gestão agrária, ou seja, os latifúndios das grandes fazendas permaneciam nas mãos dos grandes proprietários de terra e esses viam com a modernização uma oportunidade de aumentarem seus lucros, produzindo com tecnologia mais avançada, com menor custo e conseqüentemente com menor quantidade de mão-de-obra ocasionando desemprego rural. O trabalhador por sua vez não possuía a terra e dependia dela como meio de sobrevivência sua e de sua família, a modernização ocasionou o afastamento do homem do campo da terra, via agora nos centros urbanos uma nova maneira de garantir sua sobrevivência.

CAPÍTULO 2

AS NOVAS FORMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – UMA ABORDAGEM DA AGRICULTURA FACE À MODERNIZAÇÃO

2.1 Introdução

Depois de realizado um estudo referente à modernização da agricultura no Brasil, através de seu processo histórico, se faz necessário analisar se tal comportamento, no meio rural, é visto também para o Estado do Ceará. Este estado assim como os demais estados tiveram que se adequar à nova realidade, seja por vontade própria ou por incentivos governamentais. O meio rural agora não está ligado somente à produção agropecuária, existe nele novas formas, que a partir do começo do século XX, vieram a constituir o chamado “Novo Rural”¹⁰ fazendo uma reformulação do campo no intuito de agregar a população no próprio meio e levar com isso o progresso e desenvolvimento ao interior do país.

Ao se falar de “novo rural” procura-se identificar um significado para essa nova estrutura montada no meio rural, ou seja, o que vem a ser esse “novo rural”? Para se ter uma verdadeira dimensão de como é apresentado o novo rural brasileiro segue-se abaixo, segundo SILVA, uma esquematização de como ele caracteriza o “novo rural” no meio rural:

“a) Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que é conhecida como “agribusiness” brasileiro;

b) Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, que foram sendo excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o agribusiness;

c) Um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais, de prestação de serviços e artesanato;

¹⁰ Ver a respeito SILVA

d) Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.”. (SILVA, 1999, apresentação)

Nos demais estados brasileiros, principalmente os localizados na região Sul e Sudeste, o meio rural passa a ser incorporado aos centros urbanos e ele passa a ter infraestrutura igual às das cidades. A agricultura agora é vista sob uma nova ótica, diferentemente da anterior à fase de modernização, atividades que antes eram vistas como passatempo ou hobby, agora são incorporadas às atividades das cidades, e essas novas formas passam a desempenhar um importante papel na vida econômica do meio rural.

A partir da década de 90 atividades como: criação de peixes ornamentais, criação de animais de carnes exóticas para corte, criação de “aves nobres”, produção orgânica de ervas medicinais, floricultura e mudas de plantas ornamentais, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e fast-food, turismo rural, fazendas-hotéis, artesanato, entre outras, passaram a constituir um excelente ramo de negócios para os donos das fazendas e agricultores autônomos, que a princípio utilizavam essas novas formas como um hobby pessoal. As fazendas agora não são mais vistas somente pela produção de alimentos agrícolas ou pecuárias, como era no período pré-modernização, as novas formas de atividades rurais, também chamadas de pluriatividades,¹¹ conquistaram um “nicho” de mercado muito exigente e abrangente nos países desenvolvidos, e até mesmo no país de origem, firmando-se com isso uma nova forma de estudar o meio rural, não só pelo prisma da agricultura ou da pecuária, mas sim mesclando essas duas com as novas atividades que começaram a surgir.

É importante salientar que no Brasil as novas atividades não são específicas de uma só região, pode-se dizer que as primeiras regiões nas quais começaram a desenvolver essas novas formas de atividades foram as regiões Sul e Sudeste, vindo depois a se constitui nas demais regiões. No Nordeste, mas especificamente no Estado do Ceará, as novas atividades começaram a ser implementadas a partir do final da década de 80 com a chamada agricultura irrigada; modelo copiado de países do Oriente Médio como Israel, Irã e Iraque, que utiliza diversas técnicas, entre elas pode-se destacar, a técnica na qual o solo é tratado/irrigado através de um processo de gotejamento. Essas formas chegaram para aumentar e dar

¹¹ Pluriatividade é quando o agricultor ou o pecuarista não é somente agricultor ou pecuarista; ele combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícola, de prestação de serviço (SILVA, 1999)

dinamismo à produção agrícola, melhorando o aproveitamento do solo árido nordestino. Essa prática inicial levou a uma nova mentalidade dos agricultores cearenses e do governo do estado, surgindo assim os primeiros focos das novas atividades para o meio rural.

O Ceará detêm o maior percentual de excluídos dentre todos os estados brasileiros, e esse resultado do modelo cearense é de responsabilidade das políticas públicas aplicadas pelo Governo do Estado.

O objetivo principal deste capítulo é mostrar através de dados obtidos das PNAD's – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – realizadas pelo IBGE, que o meio rural cearense também está passando por essa etapa de transformação, ocorrida no campo devido ao processo de modernização. Para se ter a atual situação do meio rural cearense, de acordo com as “novas” atividades, é necessário enumerar alguns municípios do estado que estão utilizando essas novas formas de geração de emprego e renda.

Para isso se faz necessário dividir o presente capítulo em três partes: na primeira parte encontra-se uma pequena abordagem da economia rural cearense no período anterior a modernização da agricultura. Na segunda parte serão analisados os dados das PNAD's relativo aos anos 90, mas especificamente os anos de 1992, 1995 e 1999, como também a participação dos setores econômicos, para a partir daí, se ter uma idéia de como está constituído o meio rural cearense e na terceira e última parte enumeraremos quais as atividades e alguns municípios cearense que misturam as velhas atividades agrícolas com as “novas” não-agrícolas.

2.2 A Economia Cearense no Meio Rural na Fase Anterior a Modernização da Agricultura

O Estado do Ceará está localizado no Nordeste do Brasil, possui uma área de 146.817 km², dos quais 573 Km são de faixa litorânea.¹² Sua área comparada com as áreas do Brasil e do Nordeste corresponde há 1,7% e 9,4% respectivamente, limitando-se com o Oceano Atlântico e os Estados de Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba.

O estado está dividido em 184 municípios e sua capital, Fortaleza, situa-se numa planície da zona litorânea, tendo assim posição estratégica para as operações de comércio exterior e turismo, atividades econômicas com grande potencial de crescimento.

A região está localizada em uma área pouco favorável para o crescimento e desenvolvimento da economia agrícola, 93% do território cearense está inserido na zona semi-árida. Seus solos são rasos e são constituídas de rochas cristalinas, limitando-se por esse motivo, a área para plantação. O clima na maior partes do ano é quente-úmido, com baixos índices pluviométricos e possibilidades em certos anos de seca, como foi o caso das secas de 1777-1778, 1790-1793, 1979-1983 e 1992-1993.

A história da agricultura cearense, quando comparado com de outros estados brasileiros, principalmente os concentrados nas Regiões Sul e Sudeste, onde a modernização foi observada com uma maior riqueza de detalhes no que tange ao aumento da mecanização e as maiores utilizações dos novos fertilizantes, o estado cearense pode ser classificado como um estado que ficou bem aquém do processo de modernização da agricultura, não sendo observadas grandes mudanças do seu meio rural.

Mas como e em que época se deu o começo das atividades econômicas ligadas à agropecuária no Ceará? O estado do Ceará deve na sua história grandes momentos de destaque no que se refere à produção e comercialização de produtos produzidos pelo setor agropecuário. Esses momentos foram bastante pontuais, verificado em certos períodos da história do Brasil.

Inicialmente o Ceará teve como atividade econômica a pecuária. Datada na última década do século XVII, essa atividade originou em grande parte devido à migração do gado das regiões Sudeste e dos estados de Pernambuco e da Bahia, que não queriam mais o gado devido a sua população crescer de maneira demasiada e acabar com as plantações de cana-de-açúcar e ocupar áreas destinadas ao plantio. Então essas cabeças de gados são levadas por capatazes para o interior do Ceará, o que viabilizou economicamente o interior antes do litoral, fato esse que se difere de alguns estados brasileiros, o qual ocorreu o inverso.

¹² Anuário Estatístico do Ceará, 1998/1999

Já no começo do século XVIII, o Ceará começa a produzir a carne de charque, mais conhecida internamente como carne de sol, abastecendo tanto o mercado local como o mercado de outros estados, como o de Pernambuco e da Bahia. Sua decadência se deu devido às secas de 1777-1778 e de 1790-1793, reduzindo com bastante intensidade o número de cabeças de gado no estado, surgindo através desse fato a possibilidade de ser produzida em outro estado brasileiro, o Rio Grande do Sul que passa então a ser o grande produtor.

Outro motivo que marcou a decadência das oficinas de charques, está relacionado ao fato do agricultor cearense, a partir do final do século XVIII, dedicar maior parte de seu tempo ao cultivo do algodão, prática agrícola em grande expansão, devido a enorme procura do mercado internacional pelo produto, dada pela Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra.

O Ceará, assim como o Maranhão, Pernambuco e em menor grau a Bahia foram beneficiados por duas conseqüências que estimularam a produção de algodão no mercado local, uma delas foi à guerra de independência dos Estados Unidos (1774-83), que anteriormente fornecia o produto para Inglaterra - sua metrópole - outro fator que veio contribuir para a produção, foi o clima pouco úmido, o qual favorecia a expansão do cultivo do algodão. O algodão foi tão importante para a economia cearense que ficou conhecido como o “Ouro Branco”.¹³

O auge da produção do algodão cearense aconteceu durante a guerra de secessão norte-americana que perdurou entre 1861 até 1864, que permitiu considerável avanço nas exportações nordestinas. Depois, iniciou-se sua retração, embora continuasse a ser o principal produto da economia local. A partir desse momento o algodão passa a ser o grande produto da economia cearense. O Ceará agora passa a compor o mercado internacional no abastecimento da matéria-prima para as indústrias inglesas.

A decadência do algodão se deu devido ao final da guerra de secessão Norte - Americana (1861-1864), a partir desse final, os Estados Unidos voltaram a ocupar o lugar que antes lhe pertencia, ou seja, voltaram a ser o fornecedor para o mercado europeu.

¹³ Ver a respeito FARIAS, 1997

Vários outros produtos tiveram também grande importância na economia cearense, mas todos entraram em decadência, não suportando a concorrência com produtos de outros mercados, o que vem demonstrar a não sustentabilidade dos produtos agrícolas cearense face à concorrência. A economia agrícola cearense quase sempre estava voltada para a subsistência dos seus produtores, e esse fato perdura desde do período colonial até os dias atuais. Tal fato faz com que o estado do Ceará produza mercadorias ligadas à agricultura somente para abastecimento da economia local, quando produz, pois alguns desses produtos são importados de outros estados, suprimindo a demanda da economia local.

O fato mencionado acima é de grande importância para o entendimento de como as novas atividades surgidas no meio rural começaram a ser incorporadas ao campo, auxiliando a sociedade rural em termos de geração de emprego e renda. Mas o intuito aqui não é acabar de forma nenhuma com a agricultura tradicional do estado, pois ela é muito importante para economia de qualquer país, sem alimentos um povo não vive, nosso objetivo é mostra que as novas atividades rurais mescladas com a agricultura tradicional podem levar para o meio rural uma nova alternativa de emprego e renda melhorando a vida da sociedade rural.

2.3 Os Reflexos da Modernização: Ceará e os Novos Rumos da Agricultura

A partir desse momento, para melhor compreensão e análise do estudo que se propõe, se faz necessário apresentar dados referentes à economia do Ceará no que se refere ao crescimento ou diminuição das atividades agrícolas e não-agrícola. Esses dados são de suma importância para que se possa compreender como determinados setores da economia, no nosso caso, os setores ligados ao meio rural, estão se comportando, diante da modernização da agricultura, e qual a perspectiva que a população rural tem com tal deslocamento das atividades ligadas à agricultura.

Os dados aqui apresentados foram coletados, a princípio, da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD's) referentes aos anos de 1992, 1995 e 1999, esse último ano (1999) foi à última PNAD realizada antes do Censo 2000. Outros dados foram selecionados a partir do Anuário Estatístico do Ceará, como poderá ser visto mais adiante.

O Ceará atualmente possui uma população de 7.430.661 milhões de habitantes, dos quais 5.315.318 estão na área urbana, enquanto 2.115.343 vivem na zona rural¹⁴. Isto quer dizer que 71,53% da população cearense vive no perímetro urbano, enquanto 28,47% está na zona rural, existem vários fatores que contribuem para essa diferença entre a população do meio rural e do meio urbano, entre eles, pode-se destacar a falta de emprego para a população do meio rural, as secas entre tantas outras coisas. Mas no presente momento, o caso não é determinar se esses fatores estão ou não ocorrendo no meio rural, pode-se observar pelos valores acima que a distribuição da população do estado está muito mal distribuída, um estado com uma área de 146.817Km² não pode ter sua população concentrada em grande parte na zona urbana, 71,53%, enquanto 28,47% vivem no meio rural.

Na tabela 3 mostra-se a divisão da população do estado do Ceará, segundo os dados das PNAD's dos anos referidos, assim com sua variação de ano após ano e variação da população do meio rural e do meio urbano pelo total do estado:

Tabela 3
População Residente e Variação (%) entre os anos – Ceará – 1992, 1995 e 1999

POPULAÇÃO RESIDENTE						
	1992	1995	1999	Variação(%) 1992/1995	Variação(%) 1995/1999	Variação(%) 1992/1999
Urbana	4.052.805	4.363.002	4.777.807	7,65	9,51	17,89
Rural	2.429.599	2.371.024	2.350.606	-2,41	-0,86	-3,25
Total	6.482.404	6.734.026	7.128.413	3,88	5,86	9,97

Fonte: PNAD's 1992, 1995 e 1999.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, pode-se fazer algumas análises comparativas dos números da população do meio urbano e rural e observar que a população rural vem caindo neste período. As variações da população rural residente no estado entre os anos de 1992, 1995, 1999, são respectivamente de -2,41%, -0,86% e -3,25%, todas negativas, isto por que, há uma diminuição da população rural, devido a diversas causas, entre elas têm-se, o desemprego rural, dados pelos números, ainda a serem apresentados, na PEA - População Economicamente Ativa – rural ao referidos anos, a seca ocorrida em 1992 e 1993,

¹⁴ Dados relativos à população residente contida no Censo 2000 - IBGE

além da falta de infra-estrutura, como saneamento básico, esgotos, água e estradas inexistente no meio rural.

Para melhorar a caracterização da distribuição da população do estado do Ceará, segue-se a Tabela 4, referente à variação percentual tanto do meio urbano quanto do meio rural sobre o total da população do estado para os referidos anos.

Tabela 4

População Residente e Variação (%) Sobre o Total do Estado do Ceará -1992,1995 e 1999

POPULAÇÃO RESIDENTE						
	1992	1995	1999	Variação do Total (%)	Variação do Total (%)	Variação do Total (%)
Urbana	4.052.805	4.363.002	4.777.807	62,52	64,79	67,02
Rural	2.429.599	2.371.024	2.350.606	37,48	35,21	32,98
Total	6.482.404	6.734.026	7.128.413	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD's 1992, 1995 e 1999.

Pode-se observar que a participação relativa da população rural em comparação com a do urbano, fica bem aquém. A variação do total da população do meio rural para os anos de 1992, 1995 e 1999 foi de 62,52%, 64,79% e 67,02% respectivamente, enquanto a variação do meio rural para o mesmo período foi de 37,48%, 35,21% e 32,98%, o que vem a demonstrar que existe uma má distribuição da população no estado cearense, onde no meio urbano concentram-se 2/3 da população do estado. Mas o que vem leva o estado a essa situação? Será que esse situação não está relacionada a falta de emprego no meio rural?

É necessário agora observar como está constituído o número de emprego do campo através da População Economicamente Ativa (PEA) tanto do campo como da cidade, e a partir daí, constatar se existe realmente uma diminuição do número de empregos. Na tabela 5 colocam-se dados da PEA urbana e rural, para os anos de referência e observamos ainda como estão constituídas a PEA agrícola e não-agrícola, então, veja:

Tabela 5
PEA ocupada segundo o domicílio e atividade: Ceará, 1992, 1995 e 1999

	PEA (mil pessoas)			Taxa de crescimento (% a.a)		
	1992	1995	1999	1992/95	1995/99	1992/99
Urbana	1.732.664	1.967.311	2.132.439	4,3	2,0	3,0
Rural	1.260.808	1.233.386	1.297.717	-0,7	1,3	0,4
Agrícola ⁽¹⁾	1.148.154	1.170.780	1.277.371	0,7	2,2	1,5
Não-agrícola ⁽²⁾	1.702.375	1.869.131	1.937.157	3,2	0,9	1,9
TOTAL (*)	2.850.529	3.039.911	3.214.528	2,2	1,4	1,7

Fonte: PNAD's 1992, 1995 e 1999.

(*) O Total é referente a soma de (1) e (2)

O crescimento da PEA não-agrícola é maior do que o da PEA agrícola, isto significa que boa parte da população que vive no meio rural, uma grande parcela está empregada em atividades que não estão ligadas à agricultura ou pecuária. As atividades não-agrícolas estão relacionadas às indústrias ou serviços, ou seja, à população que vive no meio rural e está ocupada em atividades que não mais se dizem realmente do campo. Há uma inversão histórica, onde indústrias e serviços que antes eram ligados somente às cidades; agora são vistas também no meio rural.

Observe-se nos dados apresentados na Tabela 6 onde os valores das ocupações distribuídos pelo ramo de atividade da população do estado do Ceará, para os referidos anos, estão mudando, mas vale salientar, que isso não é uma característica somente da economia cearense, esta tendência é mundial, dados pela modernização da agricultura, atividades de serviços começam a ganharem espaço em detrimento com a atividade da agropecuária.

Nos anos 90 encontra-se um período de grande estabilidade econômica, onde através da estabilização da moeda, o Real, os preços ficaram praticamente inalterados em relação a inflação, foi a partir desse pressuposto que foi escolhidos os referidos anos de 1992, 1995 e 1999, para se fazer a análise dos dados demográficos e econômicos do meio rural.

Tabela 6

Pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal – Ceará – 1992, 1995 e 1999

Ramos de Atividade	Valores absolutos			Valores relativos (%)		
	1992	1995	1999	1992 Variação em relação ao Total	1995 Variação em relação ao Total	1999 Variação em relação ao Total
Agrícola	1.148.154	1.170.780	1.277.371	40,3	38,5	39,7
Indústria de Transformação	273.122	300.449	293.006	9,6	9,9	9,1
Indústria de Construção	171.174	157.322	153.259	6,0	5,2	4,8
Outras Atividades Industriais	20.367	26.026	14.198	0,7	0,9	0,4
Comércio de Mercadorias	347.629	375.227	404.866	12,2	12,3	12,6
Prestação de Serviços	438.378	518.732	536.860	15,4	17,1	16,7
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	35.024	41.354	57.647	1,2	1,4	1,8
Transporte e Comunicação	71.999	68.005	79.465	2,5	2,2	2,5
Social	225.347	239.377	263.430	7,9	7,9	8,2
Administração Pública	97.226	109.545	99.438	3,4	3,6	3,1
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	22.109	33.094	34.988	0,8	1,1	1,1
Total	2.850.529	3.039.911	3.214.528	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados publicados nas PNAD's – 1992, 1995 e 1999

Observe que os valores do ramo de atividade da agropecuária no período de 1992 a 1995 vem caindo, de 40,3% para 38,5% um decréscimo de 4,65%. Em comparação o ano de 1999 apresenta um pequeno aumento, de 38,5% para 39,7% aumentando 3,1%, isto significa que o estado do Ceará ainda tem no ramo da agropecuária uma significativa presença da população ocupada dentro desse setor. Porém, pode-se observar também que atividades como comércio de mercadorias e prestação de serviços vem conquistando seu espaço dentro do

estado, será que não esteja aí a solução para os problemas do meio rural nordestino? Capacitar a população do meio rural para atividades voltadas para a prestação de serviços.

Atividades como prestação de serviços, comércio, indústria de construção, administração pública entre tantas outras começam migrar para o meio rural, logo após a decadência da agropecuária, na maioria das vezes de maneira natural, não influenciada por meio de decisões humanas, ou influenciada por meio de projetos governamentais que levam ao meio rural infra-estrutura básica para que a partir daí se formem as condições necessárias para o desenvolvimento dessas atividades.

Pode-se partir, nesse momento, para a parte que vai determinar quais são as atividades de serviços presentes no estado do Ceará assim como os municípios que estão utilizados tais atividades.

2.4 O Ceará e os “Novos” Ramos de Atividades Rurais

Dentro desse aspecto, de que os setores de serviços estão crescendo sua participação na economia dos países, se faz necessário agora ver quais são as atividades de serviços que estão presentes no estado do Ceará, e quais os municípios que utilizam tais atividades como geração de emprego e renda para a população do meio rural.

O meio rural não pode ser somente caracterizado, pelo uso das atividades agropecuárias tradicionais, essas são misturadas com atividades não-agrícolas, vista anteriormente no meio urbano, a atividade não-agrícola a priori possuía um caráter de lazer, por parte dos seus produtores, no momento em que elas começam a ganhar mercado passam de atividades de lazer para uma atividade lucrativa, inseridas agora no mercado, competitivo, ou seja, a nova forma de organização do trabalho nas atividades não-agrícola leva a possibilidade do homem do campo auferir maiores rendimentos no próprio campo.

Essas novas atividades constituem, como já discutido neste estudo, na chamada pluriatividades, que são nada menos que a combinação das atividades agropecuárias com as não-agrícolas, ou seja, o trabalhador rural agora se vê na condição de trabalhar no campo,

não somente com agricultura ou pecuária, o seu tempo está dividido também com atividades que antes não era peculiar.

É por esse motivo que se observou uma grande mudança na qualificação da mão-de-obra do homem do meio rural, deixando esse de ter somente experiência com técnicas de plantio ou de criação de animais, essa leva a uma maior qualificação da mão-de-obra das pessoas inseridas no meio rural, ou seja, o trabalhador rural assume além das técnicas já desenvolvidas com as atividades agrícolas passam a desempenhar outras funções, como funções de prestação de serviços, comércio, construção civil e na área social necessitando requalificar a mão-de-obra do trabalhador do meio rural para essas novas atividades.

A nova dinâmica do espaço agrário, dado pela pluriatividade, estabeleceu o surgimento de atividades que não estavam ligadas à agricultura tradicional, entre elas podemos enumerar algumas dessas atividades e, posteriormente, verificar quais delas estão presentes no meio rural cearense, como exemplo tem-se, produção de verduras e legumes para a rede de supermercados e “fast-food”, floricultura e mudas de plantas ornamentais, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, reprodução de plantas extrativas, turismo rural ou ecoturismo, fazenda-hotel, leilões e exposições agropecuárias e vaquejadas, além de artesanato produzido pela população local como ocorre em quase todo o meio rural nordestino.

Todas as atividades acima citadas são de grande importância para o entendimento de como estão hoje, constituídas as “velhas”, ou agricultura tradicional, com as “novas” formas, atividades não-agrícolas ou não tradicionais. A partir dessa inter-relação entre o “velho” e o “novo”, que se observam os inúmeros benefícios conseguidos, na região Sul, pelos residentes do meio rural, através de uma nova alternativa de emprego e renda, como também conquistas para a própria natureza, através da preservação ambiental.

O Ceará, de maneira muito tímida, e de forma um pouco atrasada também apresenta algumas dessas novas formas no meio rural, dando a ele, através dessa nova característica, uma maior dinâmica e maior valorização da população rural cearense. As oportunidades, sejam elas referentes à colocação de mão-de-obra no mercado de trabalho, divisão da terra produtiva, melhoria dos produtos comerciáveis, criação de cooperativas, organização de

agricultura familiar e preservação do meio ambiente, são levadas ao campo por meio das novas formas, propiciando melhorias, não só ao homem do campo como também contribuindo para uma melhor qualidade de vida da população rural e maior cuidado com a natureza. Dentro dessa perspectiva vamos agora analisar as novas formas, no contexto sócio-econômico, no estado do Ceará, procurando estabelecer quais são e onde estão localizadas essas novas formas não-agrícolas no meio rural cearense.

2.4.1 O Turismo Rural no Ceará: Uma Nova Atividade Surgida

O Ceará como já foi observado, é caracterizado por ter uma enorme faixa litorânea, e por está localizado próximo à linha do equador, na maior parte do ano apresenta clima de verão, com sol em vários meses do ano. Por essa razão e entre outras o estado cearense é conhecido como “Terra do Sol” e por esse motivo o Ceará apresenta altos índices de procura turística, crescendo muito nos últimos anos. O governo do estado tem uma participação direta na área do turismo cearense, praticando uma política de incentivo ao turismo através do marketing turístico e dos investimentos em infra-estrutura, com por exemplo, a reforma do aeroporto Pinto Martins e as vias de acesso da capital Fortaleza para as praias litorâneas. “A indústria do turismo é, no Ceará, uma atividade prioritária do desenvolvimento geo-sócio-econômico para a geração de emprego e renda e portanto, para a ampliação da base econômica estadual”.¹⁵

A faixa litorânea tem característica natural intrínseca ao clima das regiões nordestinas e essas favorecem a atividades do turismo, mas, diferentemente de épocas atrás, parte do meio rural que se localiza no interior do estado, ou seja, afastado do litoral, começou a desenvolver atividades de turismo rural e essa iniciativa de investimento por parte daqueles que acreditaram nessa nova forma de atração para a população, seja ela cearense ou não, levou ao meio rural cearense não só o conhecimento de áreas do estado que pudessem ser conhecidas através do turismo rural, mas levou também o desenvolvimento ao meio rural através de investimentos em infra-estrutura.

Pode-se enumerar diversas novas atividades que começaram a surgir no estado a partir da década de 90, entre elas destacam-se: os hotéis fazendas. A exemplo tem-se, a

fazenda hotel Parelhas localizada em Quixeramobim, e a fazenda hotel Vale do Juá, com área de 50 hectare, cercado de natureza por todo lado. A fazenda hotel Vale do Juá dispõe de chalés de duas ou uma suíte, sala, varanda, área social com restaurante, piano bar, salão de jogos e recepção. Tem-se também a fazenda hotel Repouso das Águas, localizado a pouco mais de 100 Km de Fortaleza, no município de Baturité, a fazenda Nazaré em Maraguape, situada a 50 Km de Fortaleza, possui uma excelente biodiversidade de flora e fauna e para concluir nossa rede de hotéis fazendas, tem-se a fazenda hotel de Magé também em Baturité, com formações rochosas, que podem ser vista elementos de civilizações passadas.

A rede de pesque e pague no estado do Ceará também possui um número expressivo de municípios que utilizam essa atividade, entre eles tem-se, no município de Guaramiranga o Parque das Trilhas, a fazenda Camping Club em Messejana, o pesque e pague Shopping Rural em Aquiraz, além desse, o município de Aquiraz possui no Sítio Cachoeira outro pesque e pague com serviços de bares e restaurante funcionando toda a semana. E por último temos o pesque e pague do Centro de Lazer Piamarta localizado no município de Itaitinga Km 29.

O estado possui também dezenas de eventos agropecuários, festivais musicais, festival de teatros, vaquejadas entre outros eventos que se constituem nas novas atividades do meio rural. Entre os eventos mais importantes estão, o festival de Jazz e Blues em Guaramiranga realizado todo ano no mês de fevereiro, período de carnaval, o Festival de violeiros de Camocim, o festival de música, e a mostra de novos talentos, realizados também no município de Camocim, a festa do Chitão realizada no município de Baturité todo o ano no período junino.

Não devemos deixar de mencionar que esses empreendimentos são altamente concentradores de renda, mas constituem uma alternativa para a população do meio rural, como forma de trabalho em atividades de prestação de serviços, como, garçom, cozinheira, copeira, camareira, recepcionista, caixa, vendedora de artigos artesanais, entre outras atividades.

As vaquejadas são muito importantes para o povo nordestino entre as localizadas no estado cearense tem-se: a vaquejadas no Parque Santo Antônio, no município de Jaguaribe, no

¹⁵ Governo do Estado, Programa de Ecoturismo do Ceará, 1998

Parque de vaquejada Vicente Liberalino, no município de Assaré, Parque Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, Parque de Vaquejada José Belarmino, em Pacajus, Parque Napoleão Bonaparte Viana, em Caucaia, Parque Miguel Barros, em Amontada e no Parque Novilha de Prata, no município de Itapebussu a 69 Km de Fortaleza.

Outra atividade não agrícola que gera divisas para a população cearense é a atividade ligada ao artesanato local, esse é constituído de produtos elaborados pela própria comunidade. Esses artesanatos são constituídos de produtos feitos a base de renda, como redes, toalhas de mesa, cortinas, entre outros feitos com bordados típicos do Ceará, além de contar também com outros tipos de artesanato feito de couro ou de areia colorida.

Algumas dessas atividades são novas dentro do estado do Ceará, outras não são, porém essas últimas tomaram um novo caráter de nova atividade para a geração de emprego e renda da população do meio rural.

Vamos agora caracterizar o sistema de ecoturismo no estado cearense, através da divisão dos municípios que utilizam tal atividade, no intuito de incrementar o meio rural com mais essa atividade de serviços que gera emprego e renda para a população.

2.4.1.1 O Ecoturismo no Meio Rural Cearense

Inicialmente vamos apresentar o conceito de ecoturismo: “É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.¹⁶ O conceito de ecoturismo já nos dar uma idéia de como o Ceará pode utilizar os recursos naturais, em benefício próprio e de sua população, na busca de aumentar as receitas municipais e criar novos postos de trabalho, através da venda de pacotes de viagens para conhecimento de determinada região que ofereçam atrativos turísticos incentivando a sua procura.

¹⁶ Governo do Estado, Programa de Ecoturismo do Ceará, 1998

Para isso é necessária uma maior atenção por parte das autoridades, tanto municipais quanto estaduais, que devem ter em mente quais objetivos a serem idealizados e concretizados para viabilizar o meio rural na prática de tal atividade.

Neste sentido procuram-se agora estabelecer quais diretrizes que um município precisa para desenvolvimento do ecoturismo. Na prática o município necessita valorizar a identidade e a memória cultural da população local, como também desenvolver o turismo com base na natureza e na cultura da região garantindo assim a beleza da paisagem natural preservando seus recursos naturais, culturais (artesanato) e ambientais. Como principal forma de atração da demanda turística, é necessária que o município esteja dotado de serviços básicos, como saneamento, água potável, esgotos, infra-estrutura turística e de apoio.

As localidades onde estão os Pólos de ecoturismo do Estado são¹⁷: Pólo de ecoturismo de Ibiapaba, Serra de Baturité, “Vale Monumental do Ceará” Sertão Central e o Pólo do Cariri.

O Pólo de Ibiapaba é composto por “front” íngreme com matas úmidas que se estendem por quase 10Km no sentido leste/oeste, é uma área de proteção ambiental, existem diversidades culturais representada pelo artesanato utilitário, pela gastronomia (doces, aguardentes e petas), pelos engenhos, casas de farinha, alambiques e feiras livres tradicionais, nele está localizado o Parque Nacional de Ubajara.

No Pólo de ecoturismo da Serra de Baturité encontraremos florestas úmidas com exemplares de Mata Atlântica, floricultura, cachoeiras e nascentes de rios, estação ecológica no município de Pacoti, patrimônio arquitetônico, eventos culturais consolidados, temperatura variando entre 20 e 22°C, grande variedades de animais, artesanato de palha, cipó e bambu.

O Pólo de ecoturismo “Vale Monumental do Ceará”, ou Sertão Central, é caracterizado por serrotes formados por rochas esculpidas por erosão (300 a 700 metros de altitudes), sua localização está na região semi-árida, possui matas de caatinga, vegetação saxicola (bromélias e cactáceas), sítios arqueológicos e paleontológicos, Açude do Cedro /

¹⁷ Governo do Estado, Programa de Ecoturismo do Ceará. 1998

Pedra da Galinha Choca (tombados pelo IPHAN), herança cultural do ciclo de gado e do algodão e estrutura fundiária caracterizada por extensas fazendas.

Por fim temos o Pólo de ecoturismo do Cariri, nele tem-se: a Floresta Nacional do Araripe, matas de cerrado, encosta e caatinga, cenário composto pelo Vale do Cariri com terrenos férteis e agricultáveis, sítios paleontológicos com maior reserva fosilífera do período Cretáceo, serra areníticas, mais de 30 fontes que dão origem às nascentes de inúmeros riachos e grande diversidade cultural (floclore, artesanato, religiosidade).

No próximo capítulo, para melhor compreensão de como as novas formas podem trazer diversos benefícios à comunidade do campo, será apresentado um estudo de caso para a floricultura, como agronégocio rentável, analisando esse novo setor para o estado do Ceará. Nele serão apresentados dados referentes aos números de empregos para a população do campo, assim como também os números de exportação de flores tanto para o mercado interno como para o externo. Tendo como objetivo principal a verificação de que as novas formas agrícolas, estão, hoje em dia salvando o que resta do meio rural brasileiro, através de uma nova perspectiva surgida a partir da década de 80 em detrimento com a modernização da agricultura.

Pode-se perceber através do que já foi apresentado, que o Estado do Ceará possui um enorme potencial turístico, não só por ser dotado de um vasto litoral, mas também por ser um estado de grande variedade física, natural e climática.

O Ceará através de investimentos na área turística proporciona grandes melhorias para a sociedade, que passa a gozar de nova infra-estrutura, assim como gera novos postos de trabalhos, maior circulação de moeda dada a partir da recepção do turista de outras localidades, ou seja, é no setor de turismo onde estará a maior geração de reservas. Então, o Estado não só pode, como deve investir cada vez mais no setor do turismo, especialmente, para o nosso caso em questão, investir no setor do turismo rural.

Todas essas atividades geram emprego e renda para a população do meio rural, pois os eventos como, os pesque e pague, as fazendas hotéis e o ecoturismo necessitam de trabalhadores para a sua realização. Além de empregos diretos como atendentes de peque e

pague, recepcionista e camareiras de fazenda hotel, instrutores de caminhada e reconhecimento de trilhas no ecoturismo, cozinheiro dos pesque e pague ou das fazendas hotéis entre tantos outros, existe também a criação de empregos indiretos como, o vendedor de cachorro quente e de bebidas nas vaquejadas, as vendedoras de tapioca de beira de estrada, os vendedores de artesanato da cultura local e entre tantos outros.

Além de gerar emprego as novas atividades são responsáveis pela produção de divisas gerada em cada município que utiliza essas novas formas, as divisas são proporcionadas pela população da capital Fortaleza, assim como de boa parte de turistas que vem para o estado atrás do sossego e do conforto que os grandes centro urbanos não proporcionam.

CAPÍTULO 3

A FLORICULTURA COMO AGRONEGÓCIO RENTÁVEL: O ESTUDO DE CASO PARA O ESTADO DO CEARÁ

3.1 Introdução

O agronegócio em flores vem crescendo muito nos últimos anos. No Brasil essa atividade agrícola começou a ter importância econômica praticamente há cerca de 20 anos, mas foi apenas há 5 anos, que se verificou um significativo crescimento da oferta dos produtos relacionados à floricultura de exportação e paisagismo. O aumento da oferta de produtos relacionados, à floricultura deu-se em função da expansão do mercado consumidor que ocasionou a entrada de novos produtores, devido essa atividade ser uma das alternativas rentáveis para as pequenas propriedades do meio rural.

Como pôde ser visto no capítulo anterior, essa atividade antes de começar a ser rentável para seus produtores, tinha ela, uma característica de lazer por parte desses, ou seja, eram produzidas como hobbies, como forma de coleção ou por prazer pessoal. Mas hoje, diferentemente de épocas atrás, tem-se no ramo de flores um grande agronegócio, que cresce de maneira acelerada, levando com isso a uma maior rentabilidade não só aos produtores diretos, mas também de forma indireta, proporcionando novos postos de trabalho. A população do meio rural beneficia-se pela infra-estrutura montada no campo, como estradas para transporte da mercadoria, energia, saneamento básico, assim como educação voltada para a requalificação da mão-de-obra, proporcionada pelos novos empregos que a cadeia produtiva da floricultura agora começa a oferecer.

“Como agronegócio, a floricultura tem inúmeras vantagens que a credenciam a ocupar um espaço remanescente na agricultura. As flores e plantas ornamentais geram rendimentos altos em relação à agricultura tradicional, assim como a fruticultura e olericultura. Supõe-se que cada hectare plantado com flores gera de 3 a 7 empregos diretos e outros mais indiretos, além de gerar uma renda que vai de dois mil a 25 mil dólares/por ano.”¹⁸

¹⁸ Revista Escala Rural, 2002, p. 13

Além de gerar emprego e renda, o ramo de flores, assim como as demais “novas” atividades são responsáveis pela redução do êxodo rural, e conseqüentemente, diminuição do problema de explosão populacional que os grandes centros urbanos passam, ou seja, o agronegócio em flores, assim como toda nova atividade, gera emprego à população do campo que tem agora um estímulo maior em permanecer no próprio meio, pois agora ela detém rendimentos para suprir suas necessidades básicas.

Diversos estados brasileiros foram buscar na floricultura uma nova maneira de reestruturar a vida no campo. O Estado do Ceará, nos últimos 5 anos, vem desenvolvendo bastante o ramo de flores como negócio. Anteriormente ele era, quase que totalmente, abastecido pelo Estado de São Paulo, hoje além de ser auto-suficiente na produção de plantas ornamentais e alguns tipos de flores, como exemplo rosas, o estado cearense começa a conquistar o exigente mercado internacional, através de sua diversidade da produção, assim como o desenvolvimento tecnológico pelo qual o setor passou e continua passando. Isso foi determinante para que o comércio cearense de flores e plantas ornamentais conquistasse uma importante fatia do mercado.

Para isso se faz necessário ilustramos o setor através de um estudo de caso para o estado do Ceará como um todo. Através deste estudo procura-se descrever alguns dados relacionados com a referida atividade, os dados aqui apresentados serão referentes ao número de empregos, sejam diretos ou indiretos, criados pela floricultura e o número de exportação de flores de corte feitas pelo estado, definindo-se também as melhorias que essa atividade proporcionou para a região. Depois de serem descritos os dados relacionados sobre a floricultura no estado do Ceará, pode-se partir para a parte final desse estudo, onde através de uma conclusão final relaciona-se os fatos já mencionados nos capítulos 1 e 2 com essa atividade aqui analisada.

3.2 O Estado do Ceará no Agronegócio em Flores

O plantio de flores e plantas ornamentais no Estado do Ceará vem sendo realizada há algum tempo, aproximadamente há cerca de 20 anos, mas foi apenas há 5 anos que se verificou um significativo crescimento do setor da floricultura cearense. Isto se deve ao fato do aumento da procura por flores, proporcionado pelo aumento do mercado consumidor

mundial. Atualmente o estado do Ceará produz tanto para o mercado interno e algumas espécies de flores tropicais já começam a ser exportadas para o mercado internacional. Mas nem sempre foi assim.

Anteriormente o estado do Ceará não era auto-suficiente na produção de flores. O abastecimento do mercado era realizado, quase que totalmente, pelas importações feitas ao estado de São Paulo. O estado de São Paulo é o maior produtor de flores do Brasil, isso faz este estado seja “responsável por 70% do abastecimento local”. (BEZERRA & PAIVA, 1997, p.9) Mas felizmente esse quadro vem mudando ano após ano. O estado do Ceará, a partir de 1999 começa a produzir rosas tipo exportação, e passa também a aumentar a produção de outras espécies, no intuito de conquistar fatias desse mercado tão promissor. Aumentada a produção de flores no estado, o Ceará não passa mais a depender das importações feitas ao mercado paulista no ramo de flores tropicais.

Hoje, o estado cearense, além de produzir para o mercado interno, começa a produzir para o exigente mercado internacional como será visto mais adiante.

“ [...] Hoje, a atividade, que incorporou também o cultivo de plantas ornamentais, virou um excelente negócio. O Ceará, de importador de flores, principalmente do Sudeste, está passando agora, a exportador.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2001, p.G8)

Atualmente o Ceará vem conquistando importante espaço no cultivo de flores e plantas ornamentais, mercadorias nobres e de grande valor agregado no mercado mundial. Essas “novas” culturas estão sendo incorporados à economia do estado, partir daí, promovendo um novo patamar sócio-econômico, através da entrada de divisas que essas culturas proporcionam e pelos novos postos de trabalho criados pelo setor. O estado cearense começa a observar que no ramo de floricultura pode estar uma das soluções para os problemas do meio rural.

O Ceará conseguiu atrair empreendedores nacionais e internacionais para investir na floricultura local, devido a vários fatores aqui encontrados, entre eles destacam-se, as excelentes condições climáticas de suas serras, como exemplo tem-se, a pouca oscilação de temperatura, a baixa umidade relativa do ar, as chuvas regulares e não ocorrência de geadas. Além dessas vantagens o Ceará possui outro fator determinante para atrair investidores para o

setor, o fato de estar mais próximo dos mercados da Europa e Estados Unidos, maiores consumidores de flores no mercado mundial, propiciam com isso a diminuição dos fretes no transportes das mercadorias, reduzindo assim os custos de produção e, conseqüentemente, o preço do produto, “A posição do Ceará em relação à Europa reduz em um terço o frete aplicado às flores do Equador e da Colômbia, maiores exportadores da América Latina, e detentores de 9,5% de um mercado mundial, que movimentam US\$ 7,5 bilhões ano”,¹⁹ esses fatores reunidos atraíram os investidores para o setor, ocasionando o aumento da produção de flores tropicais no mercado local.

O crescimento do setor foi tamanho que em 1999, este foi incorporado a Secretária de Agricultura Irrigada do Ceará – SEAGRI, no intuito de dar suporte técnico aos produtores de flores e plantas ornamentais. Outra função da SEAGRI – Secretária da Agricultura Irrigada - foi abrir novos caminhos para a comercialização dos produtos, através de pesquisa de mercado feita pela instituição, esses fatos tiveram grande importância para o incremento da produção no estado. A SEAGRI como instituição teve e tem um papel importante no desenvolvimento sócio-econômico do meio rural cearense através da criação de emprego e renda proporcionada pelas novas atividades agora surgidas.

O valor do produto final na floricultura é muito alto, pois esse necessita de grandes investimentos para produção. As flores e plantas ornamentais são de difícil manejo e necessita de aquisição de máquinas e equipamentos de alta tecnologia, que serão utilizados na produção, por esse motivo o produto final da produção possui um elevado valor agregado, note-se que, quando comparado aos investimentos feitos em outros setores agrícolas o retorno na floricultura é bem maior, dado que a demanda pelo produto que é bastante alta. “Calcula-se que o brasileiro consome, em média, US\$ 4,10 em flores e, na América Latina, a média de consumo per capita é de US\$ 15”. (JORNAL O POVO, 2002. p.28)

“Entre os setores da agricultura, a floricultura é o que apresenta maior rentabilidade por área cultivada, três a cinco vezes superior à fruticultura e dez vezes maior que o lucro obtido na produção de grãos e tem rápido retorno dos investimentos aplicados. A floricultura pode ser praticada em pequenas áreas, e se constitui numa atividade assimiladora de mão-de-obra, fornecendo cerca de 15 empregos por hectare” (BEZERRA & PAIVA Apud CASTRO & MATSUNAGA, 1997, p.10)

¹⁹ AGUIAR, RUBENS, gerente de floricultura da SEAGRI, GAZETA MERCANTIL, 2002, p.B-16

Mas qual seria o motivo principal do Ceará entrar nesse mercado tão promissor? O Ceará busca no setor de floricultura atingir mercados consumidores de flores mundiais que tem uma grande demanda pelo produto. Relato, segundo dados contidos na Tabela 7 como está o consumo per capita de flores e plantas ornamentais dos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália e Japão e observe como o agronegócio em flores, através do consumo per capita chama atenção dos empresários para o setor.

Tabela 7
Consumo Per Capita de Flores e Plantas/ano

País	Consumo Per Capita (US\$)	Valor (Movimento em US\$)
EUA	51,70	13,44 Bilhões
Alemanha	87,45	6,95 Bilhões
França	61,60	3,48 Bilhões
Itália	56,10	3,24 Bilhões
Japão	40,15	4,98 Bilhões

Fonte: Sebrae apud UNCTAD/WHO

Os valores apresentados acima demonstram o verdadeiro interesse pelo crescimento da produção brasileira em flores. Na busca de inserção das empresas brasileira na comercialização de flores e plantas ornamentais para o mercado mundial. Foi com esse intuito, e pelas características do estado, já apresentadas, que o Ceará começou a produzir flores tipo exportação conquistando uma parcela do mercado de flores como será visto mais adiante.

Existem no Ceará diversas áreas para o cultivo de flores e plantas ornamentais. Estas áreas são dotadas de excelente clima para a produção de flores tropicais e apresentam grande potencial de incremento na produção. Estas áreas estão localizadas em 4 agropólos do estado do Ceará que são os seguintes: Serra da Ibiapaba (São Benedito, Tianguá, Ubajara, e Guaraciaba do Norte), Maciço de Baturité (Baturité, Redenção, Guaramiranga, Pacoti, Aratuba, e Palmácia), Região Metropolitana (Maranguape, Eusébio, Aquiraz, Paracuru, Paraipaba, Cascavel, Fortaleza e Horizonte) e Região do Cariri (Jardim, Crato Brejo Santo e Barbalha). Estas áreas possuem características propícias para o cultivo de flores no estado do Ceará. (Revista Economia e Mais, 2002, p.9)

A produção de flores de corte tradicionais ou temperadas e tropicais que são produzidas pelo Estado do Ceará classifica-se em rosas, crisântemos, margaridas, gérbas, gladiolos, helicônias, gipsophila, girassóis, antúrios, alpíneas e bromélias, além desses tipos de flores o Ceará produz ainda plantas ornamentais e plantas de vaso como crisântemos, kalanchoe e folhagens.

Nos últimos anos o estado do Ceará vem conquistando um lugar de destaque no cenário nacional no mercado de flores tropicais. Esse destaque pode ser visto através de dados relativos a produção de flores no estado como também pelos números de exportação dessas para outros mercados. No próximo tópico será analisado o desempenho do agronegócio em flores do estado do Ceará através de dados referentes ao setor e os municípios que participam dessa nova cadeia produtiva surgida no meio rural.

3.2.1 O Desempenho da Floricultura Cearense

O Estado do Ceará nos últimos anos vem ganhando várias posições no “ranking” nacional no quesito exportações de flores tropicais, os bons resultados que ele vem apresentando demonstram o verdadeiro potencial de crescimento para o agronegócio em flores. “O Ceará ocupa o segundo lugar em exportação de flores frescas cortadas no país”.²⁰

A floricultura nacional vem crescendo bastante nos últimos anos, infelizmente, o Brasil quando comparado a outras economias, fica devendo, e muito, em termos de produção de flores e plantas ornamentais, e seu faturamento com exportações desse produto. “O faturamento na exportação de plantas ornamentais brasileiras aumentou 43% em reais entre 2000 e 2001. Em dólar, a variação foi de 11,5% passando de US\$ 11,9 milhões em 2000 para US\$ 13 milhões (aproximadamente R\$ 30 milhões) em 2001”.²¹ Já em outros países os números do faturamento com exportação do mercado de flores e plantas ornamentais ficam bem a frente dos apresentados pelo Brasil, como é o caso da Colômbia, maior produtor do mercado mundial, no ano de 2000, faturou US\$ 54,6 milhões com plantas ornamentais, US\$ 24,5 milhões com flores e US\$ 62 milhões com folhagens, no total de US\$ 141,1 milhões.

²⁰ JORNAL O POVO, 2002, p.28

²¹ ECONOMIA E MAIS, 2002, p.8

Esses números demonstram o verdadeiro interesse do mercado brasileiro em estimular a produção interna de flores para a inserção das empresas brasileiras na concorrência desse mercado tão promissor. Foi com esse intuito que o Brasil criou em março de 2001 o Programa Brasileiro de Flores Ornamentais o FLORABRASILIS, criado pela Agência de Promoção de Exportação – APEX em conjunto com o Instituto Brasileiro de Floricultura o IBRAFLOR para fomentar o mercado interno na produção de plantas e flores. O Ceará, dotado de excelentes condições para o plantio de flores, não poderia ficar de fora desse empreendimento.

O crescimento do setor de floricultura no Estado do Ceará foi proporcionado pela visão empreendedora de vários empresários nacionais que viram no estado uma potência para a produção de flores tipo exportação. Como já discutido anteriormente, o estado do Ceará chamou a atenção pelas condições climáticas encontradas em suas serras e pela localização geográfica do estado, próximo aos mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos, favorecendo as exportações através de apoio logístico proporcionado pelas características já mencionadas.

Grandes grupos nacionais deslocaram a sua produção para o estado cearense, entre eles pode-se citar o Grupo Empresarial Reijers, maior produtor de rosas e cravos do país. A Reijers é um grupo de descendência holandesa que começou a produzir cravos e rosas na cidade de Holambra, em São Paulo, no ano de 1972 e é maior produtora de flores do país. Atualmente, além de produzir na cidade de Holambra, ela possui mais 14 fazendas espalhadas no estado de São Paulo e em Minas Gerais, agora também no estado do Ceará. Em março de 2001, a empresa Reijers investiu mais de R\$ 10 milhões na instalação de sua nova unidade produtora no estado do Ceará.

O local escolhido pela empresa Reijers para o investimento na produção de flores foi o município de São Benedito, localizado na Serra da Ibiapaba, a 355 Km de Fortaleza, capital do estado. Vale observar que no município de São Benedito já se encontrava um projeto²² desenvolvido pela SEAGRI para o cultivo de rosas tipo exportação, a CEAROSA. Mantida por empresários cearenses através de investimentos de empresários do Rio Grande do Sul, a

²² PROJETO FLORES DO CEARÁ, implementado pelo Governo do Estado para dar suporte a produção de flores tipo exportação e inseri-las no mercado.

CEAROSA foi uma das pioneiras no desenvolvimento e na transferência de tecnologia no ramo de flores, com isso ela levou para a região uma nova mentalidade para a produção de rosas, através de um conjunto de normas e técnicas elaboradas com espécies de flores trazidas da Colômbia, país que tem um clima que muito se assemelha ao nosso. Assim começa a ser plantadas no estado as primeiras roseiras tipo exportação, no ano de 1999.

A região da Ibiapaba vem apresentando excelentes resultados depois de implantados a CEAROSA e da empresa Reijers. O número de hectares para o cultivo de flores da CEAROSA é de 20 hectares, enquanto o Grupo paulista Reijers cultiva também em 20 hectares em São Benedito, sendo que destes 20 hectares somente 2,5 hectares são utilizados para a produção, onde funcionam 4 estufas: uma para propagação (processo inicial de desenvolvimento das mudas) e três para o cultivo e corte. A empresa pretende futuramente adquirir 120 hectares do município de Ubajara, no intuito de ampliar a produção.

O volume de exportação de flores cortadas no Ceará é impressionante. Entre os anos de 1996 e 2001, a exportação de flores frescas cortadas do estado saltou de US\$ 825 para US\$ 94.495 mil, aumentando as divisas do estado com esse comércio, como está representado na Tabela 5, ou seja, entre os anos citados, houve um incremento da produção de 11.423% no estado do Ceará, enquanto que, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, no mesmo período, esse incremento foi registrado em 189% e -97% respectivamente entre os dois estados. Isso justifica o enorme crescimento do setor nos últimos anos.

Tabela 8
Embarques Brasileiros de Flores Frescas Cortadas
(em US\$)

Exportação (US\$)			
Estado	1996	2001	Variação %
Ceará	825	94.450	11.423
Minas Gerais	178.170	5.280	-97
São Paulo	179.390	517.900	189

Fonte: Secretária de Agricultura Irrigada – SEAGRI

Esses dados mostram que o estado do Ceará ocupa a segunda posição em exportação de flores de corte, perdendo somente para o estado de São Paulo que em 2001 liderou o “ranking” com US\$ 517.900 (81,2%)²³. Em 1996, o estado do Ceará participava somente de 0,2% das exportações de flores, já em 2001 esse número passa para 14,5%. Concentrado-se com as exportações apresentados pelo estado do Ceará, os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul não constam mais na lista dos exportadores do setor²⁴, e o de Minas Gerais diminuiu em 97% suas vendas para o exterior.

Em termos de área cultivada para o setor de floricultura, a expansão também é considerável, em 1999 o estado possuía 19 hectares de área plantada, passando para 50 hectares no ano de 2001, ou seja, um crescimento de 263,16% em apenas 2 anos, a expectativa da SEAGRI é que até o final do ano de 2002 esse número chegue a 100 hectares para a produção de flores, plantas ornamentais e folhagens.

Apesar de pequena quantidade produzida, o Ceará é pioneiro na produção e exportação de bromélias e do ananás lícidus, cultivado em Paracuru. O produto é exportado para países como Holanda, Alemanha e Estados Unidos.

Outra empresa de floricultura localizada no estado cearense é a Quinta das flores, localizada no município de Paracuru, como já foi mencionado acima o município também participa do cultivo de flores, exportou em flores e plantas ornamentais no ano de 2000 o equivalente a US\$ 250,2 mil, comparado ao valor exportado pelo Brasil que foi de US\$ 545.984 no mesmo período, ou seja, o valor exportado pela Quinta das flores representa 4,58% das exportações brasileiras.

Na serra de Maranguape está o maior pólo produtor de crisântemos de vaso, do Norte e Nordeste. A região também se destaca na produção de plantas verdes, como samambaias e folhagens.

O município de Guaramiranga, a 100 Km de Fortaleza, já foi responsável pelo abastecimento de rosas para o mercado de Fortaleza, hoje ele é responsável pela produção de

²³ GAZETA MERCANTIL, 2002, p. 5 - Agribusiness

²⁴ JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2002, p.1 - Flores para o Mundo

rosas, assim como também crisântemos, avencas, milindros, samambaias e folhagens. Em Guaramiranga a produtividade de rosas é superior do que o do município de Holambra em São Paulo, enquanto o município cearense produz 180 flores por ano o município paulista produz somente 130 por ano.²⁵

Em relação ao número de empregos gerados no setor de floricultura tem-se que, o setor emprega entre 15 e 20 trabalhadores por hectare e a renda é de R\$ 50 a 100R\$ mil, enquanto na fruticultura são 5 pessoas por hectare, com renda de 25 mil por hectare.²⁶ Segundo dados do Instituto Brasileiro de floricultura, Ibraflor, o Brasil possui 2.545 produtores de flores distribuídos em 4.850 hectares, sendo 80% cultivados a céu aberto e 20% em estufas. Além disso, o setor gera ao todo, 50 mil empregos, dos quais 22.500 estão na produção, 3.500 na distribuição, 22.500 no varejo e 1.500 no apoio.²⁷

No Ceará o número de empregos gerados pelo setor da floricultura na região da Ibiapaba é de 20 trabalhadores por hectare, valor esse é visto dentro da CEAROSA, enquanto que a Empresa Reijers emprega, na mesma região, 60 trabalhadores e quando a área total estiver produzindo serão 300 empregos diretos, afirma o diretor do grupo.

O ano de 2002 representa um ano de grande conquista para o setor da floricultura, pois nesse, o Ceará conseguiu um fato até então não imaginado. Nesse ano o Ceará fez a sua primeira exportação de rosas para o mercado europeu, para ser mais preciso exportou para a Holanda, o maior consumidor de flores no mercado mundial e o mais exigente de toda Europa. Foram mais de 40 mil hastes, ou seja, 2 toneladas de rosas embarcadas no Aeroporto Pinto Martins no dia 16 de agosto de 2002, o valor das exportações foi de R\$ 12 mil, 40 mil botões a R\$ 0,30 cada, caso não houve nenhuma perda do produto no decorrer da viagem. A estimativa da SEAGRI é que em 2003 a exportação de flores atinja US\$ 10,5 milhões.

²⁵ JORNAL DO BRASIL, 2002, P.10 – Flores no Sertão

²⁶ JORNAL O POVO APUD MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2002, p.21

²⁷ ECONOMIA E MAIS, flores do Sertão, 2002, p. 8

CONCLUSÃO

O meio rural brasileiro, após a modernização da agricultura, passou por um processo de reestruturação, que culminou com o aparecimento de novas atividades não-agrícolas vinculadas com agricultura tradicional.

O aparecimento dos complexos agroindustriais levou para o meio rural uma nova forma de organização da estrutura agrária, onde a agricultura agora interligada com a indústria e o sistema financeiro aumentou a produtividade e incorporou aos produtos agrícolas um maior valor agregado devido a sua industrialização.

Devido a esse processo de modernização, através da aplicação de novas tecnologias de cultivo, ocorreu no campo um aumento no desemprego rural, trabalhadores que antes conseguiam o sustento por meio da terra agora ver nos centros urbanos uma solução para garantir sua sobrevivência.

Os maiores beneficiados com o processo de modernização da agricultura foram os estados localizados nas regiões Sul e Sudeste, onde neles pode-se observar a crescente mecanização e a maior utilização de agroquímicos, características essas que mudou a base técnica da agricultura tradicional e elevou a produção agrícola do país.

Os fatos acontecidos dentro do meio rural cearense são difícil caracterização quando comparado aos fatos ocorridos nos estados do Sul e Sudeste do país, pois a modernização da agricultura quando comparadas entre esses estados assumem diferentes posições, no que se refere a crescente utilização de máquinas e equipamentos, onde nos estados do Sul e Sudeste essa característica foi mais presente.

O descaso das políticas públicas para a região Nordeste foi determinante para a total inércia do meio rural nordestino. As políticas públicas aplicadas para a região sempre tiveram um caráter assistencialista e clientelista e não desenvolvimentista como elas foram aplicadas nas regiões Sul e Sudeste. Isso fez com que as mudanças ocorridas no meio rural nordestino fossem quase imperceptíveis quando comparadas às mudanças ocorridas nas regiões Sul e Sudeste.

Existe agora uma alternativa surgida para o meio rural ocorrida após o processo de modernização da agricultura, essa alternativa é observada pelas novas atividades agora surgidas dentro do meio rural. Atividades não-agrícolas, ou novas atividades agropecuárias que possuem um nicho específico de mercado começaram a conquistar espaço e a ser uma das soluções para a alocação da mão-de-obra do homem do campo.

Pode se observar que existe uma má distribuição da população cearense, onde 71,53% da população se encontra no meio urbano e 28,47% no meio rural. Essa população está ocupada em atividades de prestação de serviços, indústria de transformação, construção civil, trabalho social, essas atividades representam mais de 50% das ocupações do estado, enquanto que as atividades agropecuárias representam 39,7%. Esses dados demonstram que as novas atividades estão presentes dentro do estado do Ceará, com uma alternativa de geração de emprego e renda.

Pôde-se observar também o crescimento de um setor que é uma das alternativas de geração de emprego e renda para a população do meio rural cearense, essa atividade é o ramo de floricultura que vem crescendo bastante nos últimos anos. Colocando o Ceará como o segundo maior exportador de flores de corte do país, perdendo somente para o Estado de São Paulo.

Por esse motivo, vários empreendedores começaram a investir no estado no agronegócio em flores, além da grande produtividade encontrada nas terras do estado, ele atraiu investidores devido a característica natural de suas serras que proporcionou os investimentos.

Enfim o agronegócio em flores no estado do Ceará é visto não só por investidores locais, são também observados por investidores nacionais e internacionais, como um setor bastante promissor, e esses últimos estão começando a deslocar sua produção para o estado, que anteriormente eram localizadas no eixo Sul e Sudeste, gerando emprego e renda para a população do meio rural cearense, assim como também gerando divisas através da exportação do produto. Essa nova atividade, no começo de sua implantação no estado, não tinha muita credibilidade por parte dos empresários, que viam o estado do Ceará como um estado

castigado pela seca e não propício para o cultivo de flores, hoje essa mentalidade mudou e no futuro bem próximo poderá a sociedade cearense ver um estado altamente competitivo no mercado mundial de flores e plantas ornamentais.

ANEXOS

Tabela 2
Produção agrícola e rendimentos de grãos - Brasil - 1970, 1975, 1980 e 1985

Lavouras	Produção (t)				Área Colhida (ha)				Rendimentos (Kg/ha)			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
Arroz	5.271.272	7.548.930	8.086.747	8.986.289	4.312.134	5.662.875	5.712.072	5.173.330	1.222,43	1.333,06	1.415,73	1.737,04
Feijão	1.518.846	1.598.252	1.732.044	2.229.262	4.081.950	3.895.498	4.361.467	5.915.575	372,09	410,28	397,12	376,85
Milho	12.770.216	14.343.556	15.722.581	17.774.404	10.670.188	10.741.210	10.338.592	12.040.441	1.196,81	1.335,38	1.520,77	1.476,23
Trigo	1.905.961	1.562.819	2.411.724	3.824.288	2.057.898	2.301.145	2.638.320	2.518.086	926,17	679,15	914,11	1.518,73
Soja	1.884.227	8.721.274	12.757.962	16.730.087	2.185.832	5.656.928	7.783.706	9.434.686	862,02	1.541,70	1.639,06	1.773,25

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

BRASIL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva *et al.* **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana - 1889-1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BAER, Werner. **A economia brasileira.** São Paulo: Nobel, 1996.
- BEZERRA, F.C.; PAIVA W.O. **perfil tecnológico da produção de flores na região do Maciço de Baturité-Ceará.** Fortaleza: Embrapa-CNPAT, 1997.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- CEARÁ. Secretária Estadual do Turismo. **Calendário de eventos do Ceará.** Fortaleza: SETUR(CE) 2000
- _____, Secretária Estadual de Turismo. **Programa de ecoturismo do Ceará.** 1998. Fortaleza: SETUR(CE)
- ECONOMIA E MAIS. “**Mar de rosas**”. Fortaleza: 2002, 06/02, p. 8-11
- ESCALA RURAL. “**Agronegócio em flores**”. São Paulo: 2002, p.12-17
- FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba.** Fortaleza: Tropical, 1997.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD).** Ceará e Região Metropolitana, Rio de Janeiro, volume 15, número 16, 1992
- _____, **Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD).** Ceará e Região Metropolitana, Rio de Janeiro, volume 17, número 16, 1995.
- _____, **Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD).** Ceará e Região Metropolitana, Rio de Janeiro, volume 19, número 16, 1999.
- _____, **Censo Demográfico 2000.** disponível em: www.ibge.gov.br acesso em: 12 jul. 2002.
- _____, **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: v. 3 - Brasil, 1970
- _____, **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, série nacional, v. 1, 1975.
- _____, **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, v.3, T.3, número 1- Brasil, 1980
- _____, **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: número I - Brasil, 1985.

ESPINOLA, Rodolfo. Ce fatura us\$ 15 milhões com plantas ornamentais. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 23/05/01, suplemento agrícola p.G8

_____, Empresa especializa-se em rosas. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 23/05/01, suplemento agrícola p.G9

O POVO. “Rosas do ceará para Holanda”. Fortaleza, 16/08/02, p.28

_____, “Ceará produz rosas para o mundo”. Fortaleza, 21/03/02, p.21

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1998.

GAZETA MERCANTIL. “Floricultura cearense se expande para o exterior”. São Paulo: 26/04/02, p.5

_____, “Ceará começa exportar flores para Europa”. São Paulo: 24/07/02, p.B-16

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, São Paulo: UNICAMP.IE, 1996.

_____, **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson *et al.* **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.